

5 - MINISTÉRIO DA DEFESA – MD

A Política de Defesa Nacional (PDN), em vigor desde 1996, é o documento condicionante maior da área de defesa. Como política, ela enuncia os objetivos de defesa, define a postura estratégica e traça as diretrizes do Estado Brasileiro, voltadas para as ameaças externas.

Consciente de que o papel das Forças Armadas neste novo milênio será multifacetado e deverá contar com o envolvimento de toda a sociedade, decidiu-se pela atualização do texto da PDN.

Inicialmente, foi realizada consulta a personalidades representativas de diferentes espectros de opiniões, buscando também subsídios para a formulação das grandes linhas do pensamento estratégico brasileiro. Foram consultados ministros e ex-ministros de estado, acadêmicos, jornalistas, diplomatas, parlamentares e militares, em um total de dezenove pessoas, todas com reconhecida competência na área da defesa.

A finalidade principal de tal consulta foi a obtenção de subsídios para a formulação das política e estratégia militares, buscando reunir novos conceitos e idéias que pudessem contribuir para o aperfeiçoamento da Política de Defesa Nacional e para a elaboração de documentos dela decorrentes, imprescindíveis para a definição dos parâmetros da defesa do País.

Tais contribuições serviram de base para as atividades de um Grupo de Trabalho, criado com a finalidade de atualizar a PDN e elaborar os textos de três importantes documentos dela decorrentes, ainda inexistentes.

O primeiro, a Política Militar de Defesa é um documento de alto nível, que estabelece os objetivos militares de defesa e as diretrizes gerais de emprego das Forças Armadas. Serve como marco referencial para as postulações da Estratégia Militar de Defesa.

O segundo é a Estratégia Militar de Defesa que orienta a configuração dos arranjos de força, o emprego combinado e os decorrentes planos estratégicos e os planos de reaparelhamento das Forças Armadas, visando a consecução ou preservação dos objetivos estabelecidos na Política Militar de Defesa.

Tão logo estes dois documentos sejam aprovados, será elaborado o Livro Branco de Defesa, documento declaratório, indicador da transparência e da confiança mútua, cujo conteúdo deve explicitar aspectos relacionados com a estrutura militar de defesa que possam ser levados ao conhecimento público.

Relações Internacionais

A projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional é um dos objetivos estabelecidos na Política de Defesa Nacional. Assim, no atual quadro internacional, torna-se cada vez mais relevante a atuação do Ministério da Defesa, no que diz respeito ao apoio à política externa brasileira.

Para atingir esse objetivo, o Ministério da Defesa iniciou marcante aproximação com os Ministérios da Defesa de vários países. O primeiro passo foi a criação de Aditâncias de Defesa em todos os países onde atuam Adidos Militares do Brasil. Assim, foram criadas Aditâncias de Defesa nos seguintes países: África do Sul/ Moçambique, Alemanha/Holanda, Angola, Argentina, Bolívia, Chile, China/Coréia, Colômbia, Egito/Namíbia, Equador, Espanha, EUA/Canadá, França, Guatemala, Guiana, Inglaterra/Noruega/Suécia, Irã, Israel, Itália, Iugoslávia, Japão/Indonésia, México, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Rússia, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Resultados significativos vêm sendo alcançados com a dinamização do diálogo entre países e gestões para o estabelecimento de importantes mecanismos bilaterais de defesa.

Cabe ressaltar o adensamento das relações de cooperação com a Alemanha, Rússia, Uruguai, Peru, Equador, África do Sul e Guiana, no corrente ano, contribuindo sobremaneira para a conformação de um ambiente de cooperação e confiança mútua, não só com os países latino-americanos, mas também com os de outros continentes.

Agregado a esse quadro, o Ministério da Defesa, por meio das realizações em 2002, vem

mantendo um relacionamento equilibrado com diversas nações amigas, procurando enfocar aproximações estratégicas relevantes e diferenciadas, podendo-se destacar a Argentina, Bolívia, Chile, China, Colômbia, Estados Unidos da América, Espanha, Guatemala, Israel, México, Reino-Unido, República Dominicana e Venezuela.

Nos últimos anos, têm sido estreitados os laços entre o Ministério da Defesa e seus congêneres, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Vale mencionar que, em 2002, foram elaborados Planos de Cooperação Técnico-Militar com Moçambique e Guiné-Bissau, que priorizam a formação de quadros militares, mediante o oferecimento de vagas a esses países nos diversos estabelecimentos de ensino das Forças Armadas Brasileiras. Está, também, em elaboração plano semelhante, visando cooperar com o Timor-Leste na importante missão de estruturar suas Forças de Defesa. Ainda deve-se mencionar que está em fase final de estudos projeto de prestação de assessoria em desminagem ao Plano Acelerado de Desminagem de Moçambique, mediante o envio de especialista a esse país. A implementação desses projetos está condicionada à possibilidade de serem financiados com parte dos recursos alocados ao Ministério das Relações Exteriores para a cooperação com os países da CPLP.

As realizações do Ministério têm contribuído para o fortalecimento da confiança mútua e para a projeção do Brasil no concerto das Nações, particularmente pela promoção do incremento das relações em assuntos de defesa. Dessa forma, o Ministério da Defesa vem colaborando para projeção internacional do País, nos assuntos relacionados à defesa, visando a consolidação de uma coexistência pacífica internacionalmente.

Sistema de Inteligência de Defesa

O Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE) foi estruturado em face da inserção do Ministério da Defesa (MD) no Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), instituído pela Lei nº 9.883/99. Atendendo a diretrizes da Política de Defesa Nacional quanto à necessidade de aperfeiçoar a capacidade de Comando, Controle e Inteligência de todos os órgãos envolvidos na Defesa Nacional, a normatização do SINDE visou, ainda, proporcionar condições que facilitem o processo decisório no âmbito do MD. Para tanto, delineou-se um sistema integrado pelos órgãos de Inteligência de mais alto nível do MD e Forças Armadas, sendo interligado por rede de telemática própria, denominada Rede de Inteligência de Defesa (RINDE).

Congresso Sul-Americano de Inteligência Estratégica

A intensificação do diálogo com os países sul-americanos também se fez sentir na esfera da atividade de Inteligência. O Congresso Sul-Americano de Inteligência Estratégica (CSIE) é o instrumento continental de intercâmbio de conhecimentos no nível estratégico. Observando um rodízio anual dos secretários-executivos do Congresso, cumulativamente com as atribuições inerentes ao país-sede do evento, caberá ao Brasil sediá-lo em 2003. Os laços de cooperação e de confiança mútua foram reforçados com o estabelecimento, em 2000, da Rede Sul-americana de Comunicações Protegidas (Rede SURNET), proporcionando contato permanente, no nível da Inteligência Estratégica, entre os países sul-americanos e EUA.

Proteção da Região Amazônica

O Governo brasileiro, dentro da prioridade que confere à proteção da Região Amazônica, atribuiu ao Ministério da Defesa a condução de dois grandes projetos: o Programa Calha Norte e os Sistemas de Proteção e Vigilância da Amazônia – SIPAM/SIVAM.

Programa Calha Norte

O Programa Calha Norte foi criado em 1985 com o propósito de contribuir para a integração da Região Amazônica brasileira, situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Essa área, de população rarefeita, corresponde a 14% do território nacional e abrange uma faixa de fronteira de cerca de 7.400 km.

Com os recursos alocados ao Programa Calha Norte, e de forma judiciosa, foram atingidas as seguintes metas no ano de 2002:

- Continuação da construção do Porto de Camanaus, em São Gabriel da Cachoeira/AM, que

facilitará o acesso ao Alto Rio Negro, bem como implementará o comércio internacional com a Colômbia e Venezuela.

- Efetivação de 12 convênios com 7 municípios da Calha Norte, englobando 12 obras que beneficiarão cerca de 100.000 brasileiros que vivem na região. Estas obras de elevado cunho social incidiram sobre a área de saúde, educação e infra-estrutura básica.
- Realização de obras de conservação da estrada BR-307, que liga a cidade de São Gabriel da Cachoeira à localidade de Cucuí (fronteira com a Colômbia e Venezuela), bem como a construção de 03(três) pontes metálicas nessa estrada.
- Início da construção do destacamento da Base Aérea em S. Gabriel da Cachoeira/AM.
- Realizada manutenção de aeródromos naquela região.
- Implantação de uma pequena central elétrica em Pari-Cachoeira/AM.
- Na área da Defesa, foram realizadas manutenção e obras em diversas organizações militares, destacando-se a reforma das instalações da Estação Naval de Rio Negro (AM), continuação da implantação do quartelamento de Fuzileiros Navais em Tabatinga (AM), e continuação da construção da 2ª Companhia de Fuzileiros Navais em Macapá (AP), a continuação da implantação dos Pelotões Especiais de Fronteira de Tunuí-Cachoeira (AM), Uiramutã (RR) e Tiriós (PA), da 1ª Brigada de Infantaria de Boa Vista (RR) e da 16ª de Tefê (AM). Deu-se continuidade à manutenção das embarcações da Marinha e do Exército, permitindo melhor patrulhamento dos rios amazônicos e ações cívico-sociais. Proporcionou-se à Força Aérea aumento significativo nas suas horas de voo, possibilitando que o apoio aéreo, tão importante naquela região, fosse realizado de forma ampla e eficiente.

Com a concretização dessas ações pretendeu-se incrementar a presença militar na região da Calha Norte, contribuindo para o desenvolvimento regional e, assim, proporcionando melhor qualidade de vida ao homem da região.

Aviação Civil

O incremento constante do Transporte Aéreo no Brasil não pode deixar de ser acompanhado de perto pela autoridade aeronáutica civil brasileira. Foram elaborados importantes estudos sobre demanda e transporte aéreo, disponibilizados na Internet para consulta por todos os cidadãos. Houve o desenvolvimento de programas simuladores de avaliação de capacidade aeroportuária, o que permitiu a seleção de 11 novos sítios aeroportuários. Além disso, foram confeccionados 03 Planos Aeroviários Estaduais (Bahia, Pará e Rio de Janeiro), bem como 02 Planos de Desenvolvimento Aeroportuário, envolvendo diversos segmentos da sociedade, públicos e privados, os quais foram beneficiados com diretrizes e indicadores para o desenvolvimento urbano, aeroportuário e transporte aéreo.

No que se refere à participação da autoridade aeronáutica civil brasileira em organismos e eventos nacionais e internacionais de relevância, pode-se destacar as seguintes participações: Reunião do Grupo Especial sobre Seguro Aeronáutico; Conferência Ministerial de Alto Nível sobre Segurança da Aviação Civil; IX Reunião do Grupo de Especialistas em assuntos Políticos, Econômicos e Jurídicos do Transporte Aéreo - GEPEJTA; IV Reunião da Revisão do Anexo de Transporte Aéreo ao Acordo Geral de Comércio e Serviço - GATS na Organização Mundial de Comércio; Conferência Ministerial de Alto Nível sobre Transporte Aéreo para as Américas; Conversações Aeronáuticas entre o Brasil e Cabo Verde; X Reunião do Painel de Regulamentação do Transporte Aéreo - ATRP/10; LXI Reunião do Comitê Executivo da Comissão Latino Americana de Aviação Civil - CLAC; VII Reunião de Diretores de Aviação Civil da Região SAM - *South America*, apoiado pelo Departamento de Aviação Civil - DAC e pelo Governo da Bahia; X Reunião do Grupo de Especialistas em Assuntos Políticos, Econômicos e Jurídicos do Transporte Aéreo -GEPEJTA; LXII Reunião do Comitê Executivo da Comissão Latino Americana de Aviação Civil - CLAC; Reunião do Conselho de Autoridades do Sistema Sub-Regional, do qual participam os países do MERCOSUL, além da Bolívia, o Chile e o Peru; Seminário sobre Liberalização do Transporte Aéreo na América Latina; IV Reunião do Grupo Específico da Comissão Latino Americana de Aviação Civil - CLAC; XV Assembléia Geral Ordinária da Comissão Latino Americana de Aviação Civil - CLAC; LXIII

Reunião do Comitê Executivo da Comissão Latino Americana de Aviação Civil – CLAC; Reunião de Consulta para atualização de Acordos sobre Serviços Aéreos com o Equador.

Visando a constante formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos do Sistema de Aviação Civil, houve a realização de cerca de 45 cursos, formando cerca de 1200 alunos dos mais diversos segmentos da aviação civil brasileira. Além disso, houve a realização de diversos simpósios e seminários para aperfeiçoar os serviços prestados pela Autoridade Aeronáutica, indo de encontro às expectativas dos usuários. Foram homologados 300 cursos e 14 escolas de aviação civil, perfazendo um total de 301 escolas e 1886 curso homologados.

Na busca pela modernização eletrônica, o DAC aperfeiçoou sua página na Internet, disponibilizando um elevado número de informações sobre a aviação civil brasileira, além de ter estabelecido endereços eletrônicos funcionais para que o usuário pudesse encaminhar reclamações e consultas diretamente à autoridade aeronáutica civil brasileira.

Na área da infra-estrutura aeroportuária, foram homologados 27 helipontos em navios-plataforma e 12 aeródromos públicos, bem como foram registrados 488 aeródromos. Além disso, o DAC participou da Conferencia Ministerial de alto nível referente à Segurança da Aviação Civil, realizada em Montreal e do Seminário de Certificação de Aeroportos da Organização de Aviação Civil Internacional - OACI, em Santiago do Chile.

Para finalizar, há que se considerar que a aviação civil brasileira vem dobrando seu tamanho a cada onze anos, dispondo do segundo maior número de aviões do mundo e de uma posição consolidada no que se refere a excelentes índices de segurança no transporte aéreo. Este incremento da aviação civil exige uma constante modernização e acompanhamento pela autoridade aeronáutica civil brasileira, caracterizado pela construção, modernização e reforma de aeroportos, decorrente do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA).

Em decorrência do referido Programa, no ano de 2002, prosseguiram as obras que tiveram início em 2001, contando com os recursos inscritos em restos a pagar, relativo àquele exercício financeiro, atendendo a obras em 35 aeroportos, em 16 Estados da Federação.

Diante dos drásticos cortes que afetaram o Orçamento de 2002 do Comando da Aeronáutica, a implementação dos empreendimentos planejados pelo Programa foi suspensa, no aguardo da liberação de créditos. Entretanto, recentemente ao final de outubro de 2002, ocorreu uma reversão no quadro de restrição orçamentária, permitindo a disponibilização de uma parcela dos créditos para início das obras planejadas.

Atualmente, Diretoria-Geral do DAC está, em coordenação com os Comandos Aéreos Regionais, efetuando gestões junto aos Governos Estaduais, buscando viabilizar o início das obras que atendam aos requisitos estabelecidos pela legislação em vigor, em especial, ao que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, usualmente denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao disposto no Decreto nº 4049, de 12 de dezembro de 2001, o qual estabeleceu o dia 31 de janeiro de 2003 como data limite para liquidação dos créditos que serão inscritos em restos a pagar em 2002.

Assim sendo, a aviação civil brasileira vem apresentando um desempenho dotado de prognósticos animadores. Em consonância com essas perspectivas, o DAC, órgão central do sistema de aviação civil, apesar das restrições orçamentárias pelas quais vem passando nos últimos anos, tem-se reestruturado à espera das modificações que venham a ser implementadas no novo Código Brasileiro de Aeronáutica e também quanto à criação da Agência Nacional da Aviação Civil, devendo fazer face às demandas crescentes, o que garantirá um serviço de qualidade cada vez mais acessível à população brasileira, além de realizar a permanente tarefa de manter em elevado nível a segurança de vôo da nossa aviação, patamar reconhecido e formalizado pela categorização atribuída ao País pelas autoridades civis aeronáuticas dos Estados Unidos e pela Organização da Aviação Civil Internacional.

Participação em Operações de Paz

O Brasil, como membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU), sempre procurou pautar-se pela solução pacífica das controvérsias e por um firme compromisso com a manutenção da paz mundial. Na legislação brasileira, transparecem nitidamente os princípios do comprometimento do País com a segurança internacional. No artigo 4º da Constituição Federal estão definidos, entre os princípios fundamentais que regem as relações internacionais do Brasil, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Em convergência com esses princípios, a Política de Defesa Nacional, editada em 1996, enumerou, entre seus objetivos, a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais e tem como uma das principais diretrizes participar de operações internacionais de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais.

Assim, desde 1956, a bandeira brasileira tremula em outros países e continentes, como sinal da nossa vocação para a defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos.

No Timor-Leste, atualmente, estão concentrados praticamente todos os esforços brasileiros no sentido de colaboração com missões de paz da ONU, em virtude de ser um país pertencente à Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Desde 1998, o Brasil se faz presente, contribuindo com o envio de militares e policiais brasileiros.

O componente militar da Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor-Leste (UNMISSET) compreende cerca de 7.800 militares de 32 países. Deste componente, o Brasil participa com um Pelotão de Polícia do Exército com 50 militares brasileiros e dois argentinos, além de três oficiais superiores do Exército atuando no Estado-Maior (EM).

Além disso, o País colabora na UNMISSET com doze Observadores Militares (sendo quatro da Marinha e sete do Exército) e nove Policiais Militares de vários Estados da Federação. Vale mencionar que, no período de 12 de julho de 2001 a 11 de julho de 2002, o Brasil deteve o importante cargo de Chefe dos Observadores Militares da UNMISSET, exercido por um Oficial-General do Exército.

A Força Aérea presta apoio de transporte de pessoal e carga por ocasião dos rodízios do pelotão brasileiro a cada seis meses, quando são percorridos, em cada viagem, cerca de 34 mil quilômetros.

O Brasil ainda se faz representar em missões na África (Missão das Nações Unidas em Angola - UNMA), na América Central (Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala - MINUGUA e na Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central - MARMINCA) e na Europa (Missão de Observadores das Nações Unidas na Prevlaka - UNMOP e Missão de Paz das Nações Unidas em Chipre - UNFICYP).

No propósito de manter seu permanente esforço em prol da paz, busca participar ativamente dos *Standby Arrangements System*, forças para pronto emprego das Nações Unidas, estando na última fase do processo para atuação nesse sistema.

O Governo e a Nação reverenciam a memória dos onze militares e dois policiais brasileiros que perderam suas vidas longe da Pátria, nas missões em benefício de um mundo livre do flagelo da guerra.

Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

O Programa Desenvolvimento da infra-estrutura Aeroportuária foi inserido no Plano Plurianual 2000/2003 visando apoiar o desenvolvimento sócio-econômico nacional mediante a continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária; apoiar as empresas no escoamento de suas produções; aumentar as opções de acesso ao território nacional, como parte essencial da inserção competitiva do país no Mercosul; e estabelecer opções de acesso de aeronaves militares em todo país como fator de integração, desenvolvimento e de defesa nacional.

O Programa tem por objetivo aumentar a eficiência de o sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileiro, elevando, até o final da execução do Plano Plurianual 2000/2003, o grau de desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária de 78% para 91% e o nível de utilização da capacidade dos aeroportos de grande porte de 41% para 53%, tendo como público alvo os usuários do Sistema Aeroportuário Nacional.

Para atingir este objetivo, o programa articula um conjunto de 27 ações que agrupam projetos e atividades desenvolvidas nos aeródromos e aeroportos de interesse nacional e estadual.

A manutenção e o reaparelhamento dos 65 aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - INFRAERO, empresa pública vinculada ao Ministério da Defesa, são suportadas pelas ações Manutenção da Infra-estrutura Aeroportuária e Reaparelhamento da Infra-estrutura Aeroportuária.

Os aeroportos da INFRAERO concentram 97% do movimento do transporte aéreo regular no Brasil, representando 2,14 milhões de pousos e decolagens de aeronaves nacionais e estrangeiras, em 2001, transportando 73,8 milhões de passageiros e 1,25 milhão de toneladas de carga. No período de 1995 - 2001 a Empresa registrou um crescimento de 36,5% no movimento de aeronaves, de 59,6% no de passageiros e de 5,0% no de carga.

A Infraero contribuiu significativamente na modernização dos aeroportos, propiciando o crescimento e a operacionalidade adequada as necessidades da Aviação Civil. O Programa Geral de Obras e Serviços de Engenharia da INFRAERO está investindo no ano de 2002 aproximadamente 871,4 milhões de reais em vários aeroportos, principalmente em obras de reforma e construção de novos terminais de passageiros e carga, pátios e pistas, pavimentação, balizamento, infra-estrutura elétrica e mecânica. No ano de 2001, foram inaugurados os aeroportos de Porto Alegre, que consta do Avanço Brasil, com um investimento de R\$ 157,0 milhões, Palmas, com investimentos de R\$ 76,0 milhões, e a conclusão do aeroporto de Belém, com investimentos de R\$ 78,0 milhões. Ao todo, já foram investidos recursos da ordem de R\$ 389,2 milhões. Além de se iniciar outros investimentos nos aeroportos de Guarulhos - R\$ 720,0 milhões, Santos Dumont - R\$ 80,0 milhões, Florianópolis - R\$ 80,0 milhões, Goiânia - R\$ 80,0 milhões, Vitória - R\$ 60,0 milhões, Maceió - R\$ 52,0 milhões, Congonhas - R\$ 42,0 milhões, Campinas - R\$ 20,0 milhões.

Ciência e Tecnologia

A Política de Defesa Nacional, em vigor, estabeleceu ser “essencial o fortalecimento equilibrado da capacitação nacional no campo da defesa, com a participação decisiva dos setores industrial, universitário e técnico-científico”, enfatizando em seguida, que “o desenvolvimento científico e tecnológico é fundamental para a obtenção de maior autonomia estratégica e de melhor capacitação operacional das Forças Armadas.”

Seguindo o estabelecido no Decreto n.º 3.466, de 17 de maio de 2000, que define a competência do Ministério da Defesa (MD), por meio de sua Secretaria de Logística e Mobilização, para formular e supervisionar a Política de C&T para as Forças Armadas (FFAA) e elaborar o Plano Gerencial de Pesquisa e Desenvolvimento (PGPD) por área de conhecimento de interesse da Defesa, foi desenvolvido e aprovado o PGPD, em substituição ao Plano de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas, em vigor desde 1995.

O PGPD tem como propósito consolidar programas e projetos sobre assuntos de Ciência e Tecnologia & Inovação (CT&I), conduzidos pelos Comandos Militares, de interesse do Ministério da Defesa, sempre privilegiando a integração de esforços dos Comandos Militares nessa área. Esta consolidação permitirá ação de planejamento e de coordenação do MD, por meio da Comissão Assessora de Ciência e Tecnologia do Ministério da Defesa - COMASSE, em busca do fortalecimento da base científico-tecnológica nacional para segurança e defesa e a sua integração com os esforços dos órgãos governamentais e instituições civis, na área de Ciência e Tecnologia. O PGPD aprovado abrange o período 2002-2003, tempo que será destinado à discussão de uma nova estrutura de apoio à CT&I no Ministério da Defesa que permita, respeitando a gestão dos recursos de forma descentralizada pelos Comandos Militares, alcançar maiores eficiência, eficácia e efetividade.

Buscando iniciar a discussão de um novo papel para o MD na área de CT&I, e em prosseguimento a entendimentos já iniciados com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), esses dois Ministérios lançaram um processo de debate com vistas a integrar o setor de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas aos esforços que se desenvolvem na área de Ciência e Tecnologia e Inovação no Brasil. Espera-se que esse processo venha a desenhar os caminhos por onde o grande acervo de conhecimentos e competências de que são depositárias as Forças Armadas possa ser efetivamente conduzido para atender aos desafios que se apresentarão ao nosso país.

Ao considerar as reais necessidades de segurança do País e o tipo de estrutura para fazer frente às exigências dos novos tempos, o Ministro da Defesa, enunciou sua visão para a área de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas:

“O Sistema de Ciência e Tecnologia da Defesa deve atingir o efetivo domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos e da capacidade de inovação, visando cooperar com a satisfação das necessidades do país atinentes à Defesa e ao desenvolvimento nacional”.

Com essa visão foram incorporadas as demandas da sociedade, aí incluída a indústria nacional, ao planejamento das ações do setor de Ciência e Tecnologia da Defesa.

Mobilização Nacional

A maior dificuldade para a implantação das atividades de mobilização em âmbito nacional é a inexistência de uma Lei de Mobilização Nacional que possibilite a criação de uma estrutura sistêmica que possa planejar essas atividades.

Nesse sentido, o Exmº Sr Ministro de Estado da Defesa encaminhou, por sugestão da Casa Militar da Presidência da República, em março de 2002, ao Ministério da Justiça - onde, ainda, encontra-se em apreciação - e aos demais Órgãos coordenadores setoriais (Ministérios) componentes do futuro Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), um Anteprojeto de Lei, no qual é prevista a criação do referido Sistema.

Serviço Militar

Em continuidade aos trabalhos de implantação do Projeto de Alistamento e Seleção Unificados para o Serviço Militar Obrigatório, iniciado no ano de 2001 em quatro municípios da Baixada Santista, no corrente ano o Sistema foi desenvolvido nos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Foram obtidos resultados significativos em termos de padronização, economicidade, otimização dos recursos financeiros e humanos, dentre outros. Com a implementação da 3ª fase do projeto, prevista para 2003, em todo o território nacional, os resultados a serem alcançados deverão superar as expectativas, haja vista o êxito obtido nas suas 1ª e 2ª fases.

Desse modo, as seguintes metas, colimadas quando da implantação do referido Projeto, em 2001, deverão ser atingidas: a centralização do Alistamento nas Juntas de Serviço Militar; a constituição de Comissões de Seleção das Forças Armadas; a unificação dos Registros de Alistamento; e a padronização de documentos.

Sistema Militar de Catalogação- SISMICAT

No ano de 1997, o Brasil, por meio do então Estado-Maior das Forças Armadas, assinou um acordo bilateral com a “*NATO Maintenance and Supply Agency*” (NAMSA), filiando-se ao “*NATO Codification System*” (NCS). Por força desse Acordo, precisou ser criado um Órgão que respondesse pela catalogação nacional junto à NAMSA, sendo então inaugurado, em agosto de 1998, o Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA) com a missão de reordenar e implantar o Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT), tendo a seu encargo a coordenação das atividades de catalogação em âmbito nacional e a centralização do banco de dados, devendo atuar como interlocutor do Brasil junto à NAMSA.

O SISMICAT foi constituído para possibilitar o desenvolvimento das atividades de catalogação no âmbito do Ministério da Defesa (MD). Esse Sistema compreende procedimentos de codificação compatíveis com o NCS, além daqueles peculiares ao desempenho da atividade de catalogação em nível nacional. Com isto, o SISMICAT estabelece uma maneira padronizada para identificar, classificar e codificar itens de suprimento, tendo como objetivo obter-se a máxima eficiência na gestão de dados de material e, conseqüentemente, no apoio logístico.

Hoje o SISMICAT dispõe, como ferramenta para exercer suas atividades, do programa denominado Sistema Gerencial de Dados de Catalogação (SGDC), desenvolvido em parceria do CECAFA/MD com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O desenvolvimento desse software com tecnologia nacional proporcionou expressiva redução de custos na implantação e manutenção do Sistema. O custo do software desenvolvido aqui foi bastante inferior ao preço dos programas disponíveis no exterior, chegando a atingir US\$ 1,0 milhão (um milhão de dólares).

De novembro de 2001 a março de 2002, o CECAFA e seu SGDC foram submetidos a uma bateria de testes pela NAMSA. O resultado não poderia ter sido outro. No dia 3 de junho, em Budapeste (Hungria), durante a 81ª Reunião do Grupo de Diretores Nacionais em Codificação (AC/135) *Main Group*, o Brasil foi eleito TIER-2 por unanimidade. Isso, em linguagem simples significa estar incluído no seleto time de países detentores do direito de ter seu material de defesa no precioso Catálogo da OTAN.

Além de ser o primeiro país latino-americano a galgar essa prerrogativa, o Brasil é também o terceiro não membro da OTAN, os demais são Austrália e Nova Zelândia, a ter alcançado esse nível, e possuir seu

próprio sistema de catalogação nos moldes exigidos por aquela Organização. Com isso, a partir de agora o Brasil poderá, como qualquer país da OTAN, opinar e votar defendendo os interesses nacionais concernentes a itens de defesa e matérias de caráter técnico-administrativo, no âmbito da NAMSА.

Uma das conseqüências imediatas a destacar, resultado da elevação do Brasil ao nível TIER-2, na OTAN, diz respeito à abertura de mercados para as empresas nacionais, de modo geral, e, em particular, para as de material de defesa. Nossas Empresas poderão ter seus dados listados no Catálogo, tornando-se potenciais fornecedoras de itens usados pelos mais de 50 países integrantes do Sistema.

Além disso, as Forças Armadas brasileiras passam a dispor de uma excelente ferramenta para racionalizar seus sistemas de aquisições, com conseqüente redução de custos. A catalogação permitirá identificar itens comuns às três Forças, podendo ser expandida aos Órgãos civis do Governo, facilitando a padronização, a nacionalização e a centralização das aquisições.

Operações Militares

No Contexto do PPA 2000-2003, coube ao Estado-Maior de Defesa implementar o Programa 8032 – “Operações Militares”, criado no orçamento do corrente ano e destinado a abrigar as Ações que dotam de recursos atividades que traduzem finalidades do Órgão.

Inicialmente o programa continha apenas as Ações 4229 – “Operações Militares Combinadas ou Conjuntas” (ação proposta e nova) e a 6499 – “Intensificação da Presença das FFAA nas Áreas de Fronteira” (migrada do Programa 0625 – “Gestão da Política de Defesa Nacional), vindo agregar, em meados do ano, a Ação 6002 – “Missão das Nações Unidas no Timor Leste”), surgida para receber a dotação de créditos adicionais destinados a custear as despesas com os revezamentos e manutenção do contingente brasileiro participante da missão da ONU, neste ano.

Cabe ressaltar que, na última reunião do Conselho Militar de Defesa, ocorrida em novembro de 2001, aprovou-se a realização, no ano de 2002, de cinco Exercícios, envolvendo as três Forças, de forma combinada, sob a supervisão do Ministério da Defesa, que seriam custeados por uma ou outra ação, a 4229 e a 6499, conforme atendessem as finalidades de uma ou outra. A expectativa, na oportunidade, era de contarmos com recursos da ordem de trinta milhões, na 6499 e onze milhões, na 4229, conforme constava da proposta orçamentária. Assim, foram definidas e reguladas em sua execução: as Operações “Felino” e Leão II”, na Ação 4229 e as Operações Tapuru e Timbó, na fronteira noroeste da Amazônia e “Maracajú”, na fronteira sudoeste brasileira.

A lei orçamentária, entretanto, veio frustrar as expectativas, no que foi agravada pelo Dec 4120, de 07 de fevereiro de 2002 (contingenciamento). Com crédito autorizado de R\$ 1.000.000,00 na Ação 4229 e R\$ 12.782.286,00 na Ação 6499, houve necessidade de reformular todo o planejamento, suspendendo uma operação e, nas que foram mantidas, reduzindo suas amplitudes e envergaduras.

Nestes termos, na fronteira noroeste da Amazônia, foi mantida, integralmente, a “Operação Tapuru” e suspensa a “Timbó”, que seria, como evolução da anterior, com expressão bem maior, um coroamento das operações combinadas naquela área. Na fronteira sudoeste do Brasil, foi mantida a “Operação Maracaju”, bastante reduzida. Na Ação 4229, o crédito autorizado permitia apenas a realização da “Operação Felino”, que foi mantida sem restrições, por ser compromisso internacional assumido no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP e solicitou-se crédito adicional de cinco milhões, por remanejamento da Ação 6499, a fim de possibilitar a realização, com severas restrições (50%), da “Operação Leão”.

Posteriormente, com a lei 10.510, de 10 de julho de 2002, foram recebidos mais R\$ 205.010,00 na Ação 4229, como ressarcimento de dispêndios efetuados pela Marinha e Aeronáutica durante a “Operação Fortaleza” (XLIII Reunião das Assembléias de Governadores do BID) ocorrida no início do ano. Integralmente repassados às Forças.

Quanto a Ação 6002, os recursos distribuídos em custeio (R\$ 6.339.737,00) e em pessoal (R\$ 9.600.000,00), pelas leis 10.500 e 10.530, respectivamente, por contemplarem despesas específicas, já empenhadas, com os revezamentos dos contingentes iniciados em junho, foram idênticamente repassados ao Exército e à Força Aérea.

Apesar dos percalços sofridos, com as restrições e aumentos dos créditos verificados ao longo da evolução do processo orçamentário, podemos considerar que os resultados do Programa, como um todo, se situam em nível muito bom (exceto na Ação 6499 que fica na faixa do bom), com execução orçamentária, praticamente, em 100%.

Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2)

Dentro do Programa 0625 – “Gestão de Política de Defesa Nacional”, cabe ao Estado-Maior de Defesa, por intermédio de sua Subchefia de Comando e Controle, gerir o desenvolvimento do projeto de Implantação dos Centros de Operações do Comando Supremo e das Forças Singulares, que recebe dotação orçamentária na Ação 1489.

O Centro de Comando e Controle do Comando Supremo (CC2CS), órgão central do SISMC2, é constituído do Centro de Operações do Comandante Supremo (COCS) – precariamente instalado, por haver escassez de recursos – e do Centro de Operações para Segurança Institucional – em fase inicial de implantação. O primeiro destina-se a condução e ao acompanhamento de Operações Militares e o segundo ao acompanhamento de crises de segurança institucional que exijam o emprego das Forças Armadas.

Para voltar a dar continuidade ao projeto, necessitávamos, para este ano, recursos da ordem de R\$ 4.298.500,00, em custeio e investimento, conforme constou da proposta orçamentária do Ministério.

Infelizmente, mais uma vez, como anualmente vem se repetindo, a lei orçamentária contemplou o projeto com R\$ 343.194,00, o que pouco, ou quase nada permitiu realizar. A alocação de recursos inferiores às necessidades mínimas, seguramente, compromete os resultados, adiando, cada vez mais, a implantação do sistema, enquanto conduz à obsolescência o que já está instalado, antes de sua conclusão.

Apoio à Sociedade Civil

Diversas atividades têm sido desenvolvidas na área da saúde, merecendo destaque a participação do Ministério da Defesa no Programa Comunidade Solidária, no Programa Nacional de Imunobiológicos, no Programa Nacional de DST/AIDS e no Programa Nacional de Combate à Malária.

A Marinha atua por meio das Operações Cívico Sociais (ACISO) e Operações de Assistência Hospitalar (ASSHOP). Na Amazônia, os navios de assistência-hospitalar “Carlos Chagas”, “Oswaldo Cruz” e “Doutor Montenegro”, conhecidos pelos ribeirinhos como “Navios da Esperança”, e as Organizações Militares da área do Comando do 4º Distrito Naval, realizaram palestras sobre higiene, tratamento da água, vacinações e distribuição de medicamentos. Foram realizadas, no ano, 32 operações de assistência hospitalar, abrangendo a região Amazônica e o Pantanal, registrando mais de 160.000 procedimentos de saúde. A Marinha também apoiou, logisticamente, as diversas etapas das campanhas de multivacinação promovidas pelo Governo Federal.

As restrições orçamentárias impuseram limites às metas físicas planejadas, as quais estão sendo realizadas com o suporte de recursos provenientes do Ministério da Saúde.

Marinha do Brasil

Adestramento e Operações Militares da Marinha

A fim de garantir a defesa nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento, a Marinha do Brasil atribui alta prioridade à manutenção e ao aprestamento da Força Pronta (conjunto de meios navais em condições de pleno emprego), contribuindo para o cumprimento da destinação constitucional atribuída à Força.

A Marinha do Brasil adota, além de um Programa Geral de Adestramento (PGAD), um Programa Geral de Manutenção (PROGEM), antes mesmo do advento do PPA - Avança Brasil, para os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, que prevê a execução de várias rotinas de manutenção e reparos de forma tempestiva. O PROGEM abrange:

a) 112 navios - sendo 1 Navio-Aeródromo; 24 Navios Patrulhas; 11 Corvetas; 10 Fragatas; 2 Contratorpedeiros; 5 Submarinos e 27 Navios de diversas classes;

b) 103 aeronaves - incluindo as 23 AF-1/1A "SKYHAWK"; e

c) 25 Batalhões e Grupamentos de Fuzileiros Navais e respectivos equipamentos.

Para o aprestamento das Forças Navais são realizadas diversas operações, envolvendo meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais. Em apoio à política exterior brasileira, também são realizadas manobras militares em conjunto com marinhas amigas, tais como: Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela, Chile, África do Sul, Portugal, França, Reino Unido e Estados Unidos da América.

O aprestamento das Forças Navais e a manutenção dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais foram prejudicados em face dos contingenciamentos orçamentários ocorridos nos últimos exercícios. Estas restrições obrigaram a Marinha a promover uma reavaliação do PROGEM, restringindo-o à nova realidade orçamentária. Dessa forma, rotinas de manutenção e diversos reparos dos meios navais programados foram postergados para o próximo exercício, uma vez que a manutenção dos meios não pode ser simplesmente cancelada. Em relação ao aprestamento dos meios, foi estabelecido um mínimo, priorizando aqueles meios que garantissem, mesmo que limitadamente, o cumprimento da missão constitucional da Marinha.

Esta situação indesejável, caso não se reverta, acarretará uma crescente degradação dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, com redução de suas vidas úteis, sendo necessário, portanto, no futuro próximo, um maior aporte de recursos visando o restabelecimento da operacionalidade desses meios.

Os recursos orçamentários disponíveis também têm restringido a manutenção do Complexo de Magnetologia, existente na Base Naval de Aratu.

Destacaram-se como realizações na manutenção de sistemas operativos:

a) aquisição parcial de sobressalentes para os meios navais e aeronavais; e

b) desenvolvimento parcial de um simulador de ambiente para lançamento de foguete CHAFF contra mísseis anti-navios.

Na ação Manutenção e Suprimentos de Munição destacaram-se as seguintes realizações:

- manutenção do Campo de Provas da Marambaia; e

- aquisição parcial de matéria-prima para fabricação de munição pela Fábrica de Munição da Marinha.

Na ação Abastecimento de Sobressalentes e Equipagens destacaram-se as seguintes realizações:

- recebimento de equipamentos e sobressalentes para as aeronaves AF-1/1A;

- recebimento de equipamentos e sobressalentes para a revisão geral dos motores das Corvetas classe "INHAÚMA";

- recebimento de equipamentos e sobressalentes para o período de manutenção geral das Fragatas Classe "GREENHALGH";

- recebimento de equipamentos e sobressalentes para a modernização das Fragatas Classe "NITERÓI"; e

- recebimento de equipamentos e sobressalentes para o Navio Aeródromo "SÃO PAULO".

Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

O Programa de "Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil" foi cumprido de acordo

com as disponibilidades orçamentárias, contribuindo, como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento, para a garantia da Defesa Nacional. Nesse sentido, a Marinha envida esforços para dar continuidade à renovação e à modernização dos seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, com ênfase na construção naval brasileira.

As obras de modernização das seis Fragatas da classe Niterói continuaram em andamento, abrangendo a instalação de novos sistemas de armas e sensores, a fim de atualizar a capacidade operativa desses navios, estando prevista a conclusão global do programa de modernização ao final de 2005.

O Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro continuou a construção da Corveta Barroso, navio-escolta de projeto nacional, que incorpora alguns dos avanços obtidos no projeto de modernização das Fragatas, bem como do submarino Tikuna, que inclui modificações brasileiras ao projeto original (alemão) dos submarinos da classe Tupi.

A Marinha continuou consolidando a doutrina operacional e de manutenção para o porta-aviões São Paulo e para as 23 aeronaves de ataque AF-1/1 “SKYHAWK”, tendo sido realizados os estudos que definirão os parâmetros para modernização destes meios, a iniciar-se em 2003.

Foi iniciado o processo de obtenção de um Navio-Transporte de Apoio, a ser construído em estaleiro nacional, com o propósito de substituir os meios para transporte de tropas, desativados em função de sua obsolescência.

Buscou-se, também, o equacionamento da fonte de recursos para a construção de um Navio Faroleiro Hidroceanográfico, cuja concepção foi iniciada. A obtenção deste meio é uma necessidade surgida em função da escassez de meios destinados às atividades de hidroceanografia, considerando-se a vasta extensão do mar territorial brasileiro.

O Corpo de Fuzileiros Navais recebeu 62 viaturas operativas terrestres, e desta forma, soma 117 de um total de 148 viaturas adquiridas da Alemanha, permitindo, deste modo, um incremento da mobilidade da tropa.

No âmbito da ação Modernização de Organizações Militares Terrestres, foi concluída parte das obras civis visando a atracação e docagem do Navio-Aeródromo “SÃO PAULO”; foram iniciados o projeto de engenharia para a instalação da Capitania dos Portos do Estado de São Paulo em Santos, no cais da Mortona e o processo licitatório para a modernização de três subestações do Pier 1 da Base Naval do Rio de Janeiro.

Em relação à ação Construção de Organizações Militares Terrestres, destaca-se o início da construção da nova sede do Comando Naval da Amazônia Ocidental na Ilha de São Vicente.

Programa Serviço de Saúde da Marinha

A Marinha do Brasil atua como Coordenadora de Ação neste Programa, cuja gerência está atrelada ao Ministério da Defesa. As ações são desenvolvidas pelo “Serviço de Saúde da Marinha” (SSM), que tem por objetivo prestar assistência médico-hospitalar, odontológica, hospitalar e farmacêutica aos militares da ativa, inativos e os respectivos dependentes, em todo o território nacional. A execução destas ações contribui para assegurar o acesso e a humanização do atendimento na saúde. A ênfase nas ações de prevenção de doenças, na promoção da saúde e na qualidade dos serviços médicos possibilita à Marinha contar com militares que possuem adequada higiene.

O SSM, composto pelos hospitais e ambulatórios navais, implantou treze Programas de Saúde (preventivos e comunitários) em cinco Distritos Navais (1º DN, 3º DN, 4º DN, 5º DN e 6º DN), a saber:

- Programa de Imunização;
- Programa de Controle do Diabetes Melitus;
- Programa de Controle da Hipertensão Arterial;
- Programa de DST/AIDS;
- Programa de Dermatologia Sanitária;
- Programa de Pneumologia Sanitária;
- Programa de Saúde do Idoso;
- Programa de Saúde Mental;

- Programa de Saúde Bucal;
- Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança;
- Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher;
- Programa de Atenção às Doenças Profissionais;
- Programa de Reabilitação e Readaptação Funcional; e
- Modernização do Parque Fabril do Laboratório Farmacêutico da Marinha.

A ação “Desenvolvimento de Novos Procedimentos na Área Biomédica” não obteve o cumprimento da meta física planejada, em razão dos recursos alocados terem sido insuficientes para a adequação do Instituto de Pesquisas Biomédicas do Hospital Naval Marcílio Dias às exigências do Conselho Federal de Medicina e Veterinária. É esperado o seu atingimento no ano de 2003.

Programa Ensino Profissional da Marinha

O Programa de Ensino Profissional da Marinha é dividido em duas partes distintas, abrangendo o Sistema de Ensino Naval (SEN) e o Programa do Ensino Profissional Marítimo (PREPOM), vinculado às atividades e necessidades da Marinha Mercante.

O Programa abrange a formação, o aperfeiçoamento e a pós-graduação de oficiais e de servidores civis assemelhados, bem como a especialização e o aperfeiçoamento do pessoal subalterno e de funcionários civis equiparados, tanto na área do SEN como no PREPOM, com diversas modalidades de cursos, com níveis e regimes específicos, de forma a promover a atualização dos conhecimentos decorrentes da evolução tecnológica de meios, sistemas e processos de uso naval, focada a partir do homem e enfatizando o aperfeiçoamento das suas qualidades morais, profissionais, culturais e psico-físicas.

Essas atividades objetivam preparar os recursos humanos para atenderem as tarefas inerentes à Marinha, promover estudos militares e de defesa de alto nível e formar massa crítica com conhecimento técnico-científico. A execução desse programa amplia a capacidade profissional e estabelece vetores de conhecimento, contribuindo para elevar o nível educacional do seu pessoal.

A Marinha, por meio do seu Centro de Estudos Supletivos, ampliou o aprimoramento intelectual do seu pessoal, relativamente ao ensino médio, contribuindo para a elevação do nível do bem-estar social, principalmente do pessoal subalterno que serve a bordo de seus navios e de outras unidades operativas objetivamente na área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, que concentra mais de sessenta por cento do seu efetivo.

As metas quantitativas alcançadas ao longo do ano de 2002 atingiram as seguintes atividades e respectivos números de participantes:

- Altos Estudos Militares e Pós-Graduação - 648;
- Ensino preparatório e de formação de oficiais - 1.448;
- Ensino para a formação e especialização de praças - 5.429;
- Formação de pilotos de asa fixa – 26;
- Escola Virtual de Curso a Distância - 9; e
- Formação de aquaviários, portuários e atividades correlatas - 10.200.

As restrições orçamentárias obrigaram a uma revisão das metas físicas planejadas, fazendo com que houvesse a paralisação das atividades do PREPOM por cerca de três meses.

Segurança e Proteção ao Tráfego Aquaviário

Os princípios básicos para a segurança do tráfego aquaviário, salvaguarda da vida humana e a prevenção da poluição ao meio ambiente marinho estão definidos na Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Segurança do Tráfego Aquaviário (LESTA) e regulamentados pelo Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998.

A atividade de segurança da vida humana no mar é executada pelo Serviço de Busca e Salvamento, composto pelos meios das Forças Distritais e mantido pelo Comando de Operações Navais por força de acordos internacionais. São 4.328.000 milhas sob a responsabilidade do Brasil, que equivalem a uma vez e meia o

território nacional. É uma Ação importante que, caso executada inadequadamente, expõe a reputação do País no cenário internacional.

As Ações “Hidrografia e Cartografia Náutica” e “Sinalização Náutica” são executadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha. São serviços prestados ao País que contribuem para a redução dos custos nacionais, na medida em que o preço do frete internacional está diretamente relacionado à segurança da navegação. Foram produzidas diversas cartas e documentos náuticos, e realizada a manutenção corretiva dos equipamentos de sinalização náutica, fixos e flutuantes.

A Ação “Registro e Fiscalização de Embarcações” é executada pela Diretoria de Portos e Costas da Marinha e tem como metas a aprovação dos planos de construção e a inspeção periódica das condições de segurança das embarcações. O Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela LESTA, constitui um segundo registro que visa oferecer incentivos às embarcações brasileiras para que operem em melhores condições econômicas menos desvantajosas em relação às denominadas “bandeiras de conveniência”, contribuindo para o desenvolvimento de nossa Marinha Mercante, um dos componentes do Poder Marítimo Brasileiro.

Programa Recursos do Mar

As ações executadas pela Marinha do Brasil são decorrentes da necessidade de levantamento e exploração dos recursos do mar existentes na Plataforma Continental e na Zona Econômica Exclusiva (ZEE), para fins estratégicos e econômicos.

Dentre as principais realizações quanto ao levantamento da plataforma continental brasileira, consta o término da preparação dos documentos cartográficos para compor o relatório final do Levantamento da Plataforma Continental Jurídica. O relatório será apresentado à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, em consonância com o que estabelece a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar(CNUDM);

Dentre as principais realizações quanto a pesquisa e monitoramento oceanográfico estão:

- lançamento de bóias de deriva e instalação de estações meteorológicas automáticas, essenciais para o monitoramento do oceano e o melhor conhecimento do clima no Brasil;
- recuperação e manutenção de bóias de fundeio do Programa Nacional de Bóias (PNBOIA);
- curso de “Gerenciamento Ambiental Portuário”, realizado de 15 a 20 de setembro, no Porto de Paranaguá, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação Ambiental Portuária; e
- cursos de Mentalidade Marítima realizados na Base Naval de Aratu, no Comando do 7º Distrito Naval e na Base Aérea Naval de São Pedro D’Aldeia.

A meta física prevista não alcançada deve-se ao fato dos recursos financeiros desta ação só terem sido suficientes para as atividades de manutenção dos equipamentos e de serviços executados pelo PNBOIA.

Dentre as principais realizações quanto a manutenção da Estação Científica de São Pedro e São Paulo está o apoio às atividades de 27 projetos de pesquisa com 84 pesquisadores.

Dentre as principais realizações quanto à avaliação dos recursos não vivos da ZEE estão:

- elaboração da Proposta Nacional de Trabalho do Plano de Reconhecimento dos Recursos Minerais da Plataforma Continental (REMPLOC); e
- início da digitalização de folhas de bordo de levantamentos hidrográficos realizados pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN).
- Pesquisa de Campo, meta física prevista mas não alcançada, foi prejudicada em razão de a sua execução requerer recursos financeiros vultosos para aquisição de equipamentos, de tecnologia e de meios flutuantes.

Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR

O Brasil, por intermédio do PROANTAR, garante a sua participação no processo de decisão relativo ao futuro do Continente Antártico, imensa região de 14 milhões de km², que tem grande influência sobre o clima e os recursos vivos dos mares brasileiros. O Programa Antártico Brasileiro – uma das exigências para a participação do Brasil como Parte Consultiva do Tratado da Antártica – tem como objetivo efetuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos.

A Marinha do Brasil participou da XXV Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (ATCM), em Varsóvia - Polônia e da XIV Reunião do Conselho de Gerentes Antárticos e do Grupo Permanente de Logística e Operações Antárticas (SCALOP), em Shangai - China.

As atividades brasileiras de pesquisa na Antártica são desenvolvidas na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) e nos três refúgios localizados na Ilhas Elefante, Nelson e Rei George. A EACF e os refúgios são administrados por um grupo de apoio constituído por dez militares da Marinha, durante o ano todo.

As pesquisas brasileiras na Antártica também são desenvolvidas a bordo do Navio de Apoio Oceanográfico (NapOc) “Ary Rangel”.

Foram realizados treinamentos pré-antárticos para 39 militares e 76 pesquisadores participantes da Operação Antártica XXI e cinco vôos de apoio à Operação Antártica.

Foi efetuada a aquisição e manutenção de vestimentas especiais e equipamentos de segurança utilizados nas Operações Antárticas, a renovação de equipamentos da EACF, o reparo e manutenção em 10 *containers* utilizados para o transporte de materiais diversos para a Antártica e divulgação das atividades brasileiras na Antártica e o do PROANTAR. Foi prestado apoio a 23 projetos de pesquisa e realizado o reparo nos módulos de meteorologia e Ciências da Atmosfera na colina Norte e Punta Plaza.

As atividades logísticas contaram com o apoio da Estação de Apoio Antártico, localizada na Fundação Universidade Rio Grande, que promove o abastecimento da EACF e dos refúgios e a manutenção dos respectivos equipamentos.

As metas físicas do Programa foram cumpridas com o aporte de recursos provenientes do Ministério do Meio Ambiente.

Tecnologia de Uso Naval

As finalidades do Programa de Tecnologia de Uso Naval (PTUN) prevêem adquirir conhecimento tecnológico que permita o desenvolvimento do projeto e a construção de um reator nuclear para a geração de energia elétrica e de um submarino que utilize a propulsão nuclear; dotar a Marinha de sistemas operacionais, gerenciais e de suporte à decisão do cumprimento de sua missão constitucional; e de prover a atualização e o aperfeiçoamento contínuo no que tange a aplicação de táticas de guerra naval.

A evolução do Programa de Tecnologia de Uso Naval ocorreu fora do planejado, inicialmente, pela Marinha. As restrições orçamentárias impostas refletiram-se no PTUN, obrigando a reavaliação e a consequente redução das metas propostas.

No âmbito da ação Construção do Protótipo do Reator Nuclear, destacam-se como principais realizações a conclusão das fundações do prédio do reator, o prosseguimento da desenvolvimento do primeiro núcleo do reator e o projeto de detalhamento dos sistemas do reator, circuito Primário e Serviço de Supervisão Técnica Independente (OSTI).

Dentre as principais realizações da ação Implantação da Infra-Estrutura Básica Área Nuclear, cumpre relacionar a conclusão das obras civis do sistema Integrado de Efluentes, o projeto e a fabricação de equipamentos de radioproteção, a instalação de sistemas de segurança e integridade do ciclo de combustível nuclear e o prosseguimento do licenciamento nuclear e ambiental.

Na ação Desenvolvimento, Simulação e avaliação de Táticas Aplicadas na Guerra Naval, são consideradas importantes realizações os Testes de Aceitação do novo Sistema de Simulação Tática e Treinamento

(SSTT), em desenvolvimento pelo Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), para o Centro de Adestramento Marques de Leão, a realização de testes em Raia Aberta do equipamento de Contramedidas Eletrônicas, também desenvolvido pelo IPqM, a realização de Testes de Aceitação do Sistema Apoio em Terra de Software (SAT-SW) e o desenvolvimento de um sistema para o Jogo de Guerra Aeronaval, do Centro de Jogos de Guerra da Escola de Guerra Naval.

A conclusão das fundações do prédio das turbinas e dos experimentos do turbogerador Auxiliar no Laboratório de Testes de Propulsão foi importante meta alcançada na ação Construção do Protótipo Submarino de Propulsão Nuclear.

No Desenvolvimento e Aplicação de Tecnologia Nuclear, é mister citar a ampliação e a remodelação da linha de testes do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.

O Programa nuclear como um todo teve 69% da sua infra-estrutura básica, instalações de apoio, segurança e saúde instalados até 2001. No ano de 2002 haverá um incremento de cerca de 0,2%, com previsão de conclusão em 2016, quando então terá início o programa experimental de validação do protótipo do reator nuclear, com previsão de conclusão em 2019.

Os resultados tecnológicos alcançados ratificam a correção da estratégia e da concepção do Programa, principalmente por conta do enorme arraste tecnológico da indústria nacional, embora os sucessivos cortes e contingenciamentos no orçamento do Programa criem dificuldades gerenciais extras, exigindo remanejamentos internos, nem sempre possíveis, e esforços adicionais de planejamento para atingir as metas-físicas programadas.

Os resultados obtidos têm sido lentos e graduais, atendendo parcialmente aos interesses da Marinha. Entende-se que as dificuldades do Programa são exclusivamente de caráter financeiro, o que leva a inferir um atraso na sua conclusão.

A par do desenvolvimento das instalações da propulsão nuclear para submarinos, o Programa Nuclear da Marinha vem proporcionando ao parque industrial brasileiro a possibilidade de investimentos em tecnologia de ponta, uma vez que grande parte de seus sofisticados componentes são encomendados à iniciativa privada nacional.

Exército Brasileiro

Adestramento e Operações Militares

O Programa de Adestramento e Operações Militares do Exército é o principal programa do Comando do Exército. Ele visa possibilitar, por intermédio de suas ações, o preparo, a capacitação, o adestramento e o emprego da Força Terrestre, objetivando implementar a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, bem como a sua participação em operações de paz. Nele também estão inseridas, como atribuições subsidiárias gerais, a cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil.

A natureza e as peculiaridades das ações de caráter permanente, desenvolvidas pelo Exército no Programa de Adestramento e Operações Militares, sofreram alterações significativas no ano de 2002, em consequência das inúmeras restrições orçamentárias, que trouxeram como resultado mais imediato a redução do índice de execução das metas físicas previstas para o encerramento do exercício financeiro.

Em que pese as reconhecidas restrições impostas ao programa, pode-se observar que alguns aspectos tiveram destaque junto ao público-alvo no corrente ano, fruto, principalmente, do profissionalismo dos integrantes da Força Terrestre:

- os exercícios e operações executados na Amazônia ganharam grande relevo na imprensa;
- o adestramento das Unidades que constituíram as Forças de Paz (Timor Leste), com repercussão nacional e internacional;
- as operações para a garantia da lei e da ordem, nos Estados do Tocantins e da Bahia, tiveram impactos positivos na sociedade brasileira;

- o apoio à Polícia Federal no combate ao narcotráfico, particularmente na região de fronteira, e ao Tribunal Superior Eleitoral nas recentes eleições foram eventos de avaliação positiva por parte da sociedade;
- as atividades subsidiárias em benefício das comunidades também tiveram repercussão positiva de âmbito nacional (apoio às populações atingidas pela seca, combate à febre aftosa nas áreas de fronteiras e apoio à campanha de combate à dengue, promovida pelo Ministério da Saúde).

Reestruturação do Exército

A necessidade de inserção do Exército em um mundo de transformação ampla, em todos os campos da atividade humana, levou o Comando do Exército a questionar a Concepção Estratégica da Força Terrestre (F Ter) e, por consequência, a sua estrutura organizacional básica e articulação, e a proceder a uma avaliação da qualidade da gestão administrativa.

Como parte do processo de atualização do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), foram revistas a Política e a Diretriz de Estruturação do Exército, visando a modernizar e a racionalizar a estrutura organizacional, os processos administrativos e os instrumentos de combate.

Para alcançar este objetivo busca-se a contínua modernização administrativa do Exército, a agilização do processo decisório e a redução dos trâmites burocráticos e dos custos, prosseguindo no desenvolvimento dos processos de implantação da Estrutura Organizacional Básica do Exército, privilegiando o aperfeiçoamento do Sistema de Comando e Controle e do Sistema Logístico; racionalizando e modernizando a Alta Administração do Exército, em especial dos processos administrativos; implantando a administração pela qualidade total; e efetivando o processo de desregulamentação e ainda:

- a) Aprimorar a estrutura organizacional da F Ter, tornando-a moderna, racional, eficaz e suficientemente flexível para permitir a evolução, em curto prazo, da estrutura militar de paz para a de guerra;
- b) Organizar e articular a F Ter, com vistas à elevação gradativa da capacidade dissuasória, com prioridade para as áreas estratégicas da Amazônia, Centro-Oeste e Bacia do Prata, observando as implicações das suas características geográficas;
- c) Aplicar, seletivamente, a Estratégia da Presença e desenvolver a capacidade da F Ter de fazer-se presente em todo o território nacional;
- d) Ampliar e consolidar a presença da F Ter na área estratégica da Amazônia, intensificando a vigilância da região de fronteira;
- e) Racionalizar os efetivos do Exército;
- f) Modernizar as estruturas organizacionais e as atividades de planejamento, orçamentárias, financeiras e de controle, priorizando o crescimento qualitativo da F Ter; e
- g) Dotar o Exército de um sistema logístico flexível que proporcione o apoio eficaz à F Ter, coerente com as opções estratégicas e prioridades estabelecidas, observando, ainda, as características geográficas e suas implicações para o preparo e o emprego em cada área estratégica.

Visando a atingir os objetivos estabelecidos na Política de Estruturação, a Diretriz Estratégica estabeleceu em caráter geral orientações para o planejamento que considerem a Brigada como módulo básico de combate; a conveniência de racionalizar a estruturação da F Ter, por adequação a cada área estratégica às vocações prioritárias para a Defesa Externa e a Garantia da Lei e da Ordem (GLO); que o efetivo em situação de paz mantenha-se em aproximadamente 200 mil homens; e que a evolução da F Ter seja por crescimento qualitativo.

Sob o aspecto de organização a Diretriz Estratégica objetiva estabelecer uma organização racional, flexível e capaz de evoluir para atender, com o mínimo de adaptações e com oportunidade, as situações de emprego

que se configurem em tempo de paz, crise ou conflito armado, em diferentes áreas e cenários, bem assim prosseguir na implementação da nova Estrutura Organizacional Básica do Exército, priorizando a curto e médio prazos, no âmbito da Alta Administração, os Órgãos de Direção Setorial (ODS) dedicados à Logística e ao Comando e Controle e considerar que as adequações e as transformações visualizadas, tanto as relativas à Alta Administração quanto às vinculadas à Força Terrestre, deverão estar em consonância com a Concepção Estratégica do Exército (SIPLEx-4) e a Doutrina Militar Terrestre.

Do ponto de vista da articulação esta mesma Diretriz vislumbrou manter Forças de Segurança Estratégica ao longo da faixa de fronteira, constituídas por Forças de Cobertura Estratégica e Forças de Vigilância Estratégica; Forças de Emprego Estratégico nas áreas estratégicas do Núcleo Central e do Nordeste Brasileiro, em condições de atuar em qualquer parte do território nacional; Forças de Emprego Local nas áreas estratégicas de provável Teatro de Operações (TO); e Forças de Emprego Geral vocacionadas, prioritariamente, para as missões de GLO.

Privilegiar, em tempo de paz, as Estratégias da Dissuasão e da Presença (seletiva), objetivando o emprego nos âmbitos externo e interno, com participação na Projeção do Poder e de manter-se permanentemente integrado à Nação.

Implementar uma estrutura logística que permita a evolução rápida para a Estrutura Militar de Guerra.

A Diretriz Estratégica estabeleceu, ainda, metas estratégicas de curto, médio e longo prazos, com destaque para a criação da Brigada de Operações Especiais, no corrente ano, tendo como núcleo o 1º Batalhão de Forças Especiais, sediado na cidade do Rio de Janeiro.

Relações Externas

Em 2002, os objetivos das diretrizes constantes da Política de Defesa Nacional orientaram as ações do Exército Brasileiro de modo ajustado à estatura político-estratégica e econômica do País, priorizando-as no sentido de melhor cumprir a sua destinação constitucional, juntamente com as demais Forças Armadas brasileiras, otimizando a aplicação dos recursos orçamentários, em conformidade com as estratégias da presença e da dissuasão.

A atuação do Exército, na área internacional, tem procurado apoiar o esforço da política externa brasileira para projetar o Brasil no concerto das nações e aumentar sua inserção no processo decisório mundial. Além disso, o Exército tem orientado sua ação visando interesses específicos, tais como, a maior aproximação com os exércitos das nações amigas e a projeção da imagem de uma força operacional em constante busca da modernização, sempre comprometida com os objetivos nacionais.

Como medida efetiva, o Exército vem participando ativamente da Conferência dos Exércitos Americanos, das reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU) no trato dos assuntos referentes à Convenção sobre Certas Armas Convencionais, e dos desdobramentos consequentes do Tratado de Ottawa. Merecem ainda destaque as Conferências Bilaterais de Estado-Maior, de iniciativa e idealização do Exército Brasileiro, que contaram com a adesão unânime de todos os países da América do Sul e da Espanha, bem como as Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar realizadas com todos os países limítrofes do subcontinente, tendo como objetivos a troca de experiências e de conhecimentos sobre assuntos de interesse comum, o incremento de medidas de confiança mútua e o estreitamento dos laços de cooperação e amizade entre os exércitos.

Missões em Operações de Paz

A participação brasileira nas Operações de Paz desenvolvidas pela ONU e pela Organização dos Estados Americanos (OEA) é consequência do compromisso de contribuir para a paz e para a segurança internacional, decorrente da condição do Brasil como Estado-Membro fundador daquelas organizações internacionais.

Na América Central, o Brasil continua participando da Missão de Assistência à Remoção de Minas (MARMINCA), sob a égide da OEA, desempenhando importante papel no adestramento dos sepadores dos diversos países envolvidos.

Na Europa, prosseguem as Operações de Manutenção de Paz da ONU no Chipre (UNFICYP), onde um oficial e uma praça brasileiros integram o Batalhão Argentino. A missão na Península Prevlaka - Croácia (UNMOP), foi encerrada em dezembro de 2000.

O Exército participa, ainda, da Missão de Apoio das Nações Unidas para o Timor Leste (UNMISET), tendo enviado mais dois contingentes de tropa, observadores militares e oficiais de Estado-Maior para compor a Força de Paz. O cargo de Chefe dos Observadores Militares foi desempenhado por um General-de-Brigada do Exército Brasileiro, até julho de 2002.

Buscando aprimorar seu adestramento para as Operações de Paz, a Força Terrestre participou do exercício “Forças Unidas 2002”, em Montevidéu, no Uruguai, junto com representações de mais dez países. Participou, ainda, da operação “Cabañas 2002”, no Chile, oportunidade em que a tropa brasileira exercitou-se com militares de outras nove nações. Finalmente, o Brasil foi sede do exercício “Felino 2002”, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em todas essas atividades, foram aperfeiçoados os procedimentos operacionais e estreitados os laços de amizade e cooperação com as representações dos países participantes.

Desenvolvimento Social

Paralelamente à sua missão constitucional de Defesa da Pátria e de Garantia dos Poderes Constitucionais, da Lei e da Ordem, o Exército Brasileiro vem cumprindo, por intermédio de suas inúmeras Organizações Militares disseminadas pelo Território Nacional, diversas missões de apoio à comunidade e à Defesa Civil.

As Unidades do Exército, integradas às comunidades locais, realizaram em 2002 atividades subsidiárias, participando de programas e atividades voltadas para os setores mais carentes da sociedade, apoiando campanhas destinadas à melhoria das condições de vida da população e cooperando com a Defesa Civil em casos de desastres.

Na área da saúde, merece destaque o apoio em pessoal e transporte às Campanhas de Vacinação, em todo o País, e às ações de combate às endemias, como a “dengue”, particularmente, nos Estados do RJ, SP, PE, PB, AL, DF, GO, MG e RS.

Consoante com a Política Nacional de Proteção ao Meio Ambiente, o Exército apoiou diversas ações do IBAMA, particularmente na Amazônia, fornecendo transporte e segurança para a fiscalização de áreas de preservação.

A Operação Boiadeiro III foi desencadeada em outubro, mediante solicitação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para impedir a entrada de animais susceptíveis à febre aftosa provenientes do Paraguai. A Operação está envolvendo as Organizações Militares da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, sediada em Dourados-MS.

Em continuação às ações desenvolvidas em 2001, o Exército, por intermédio do Comando Militar do Nordeste, coordenou a tradicional “Operação Pipa”, destinada à distribuição de água potável às populações carentes de municípios dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte que, apesar do início das chuvas nos demais Estados, permaneceram sob os efeitos da estiagem.

Cumprir ainda destacar a contribuição do Exército no apoio à Defesa Civil, durante as enchentes que castigaram as populações de Fortaleza/CE, Tucuruí/PA e diversos municípios do Rio Grande do Sul.

Dentro de um variado leque de atividades marcadas pelo sucesso e pelo emprego racional dos recursos, abrangendo desde o apoio em Comunicações e Inteligência às ações da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas na fiscalização das embarcações que trafegam na calha do rio Solimões, até a realização de busca e salvamento em áreas de difícil acesso, o Exército reafirma sua característica básica de estar permanentemente integrado à sociedade brasileira.

Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

Os recursos alocados ao Programa de Reaparelhamento e Adequação do Exército, ao longo dos últimos anos, não têm permitido dotar a Força Terrestre das condições mínimas necessárias ao cumprimento de suas missões constitucionais.

Em face das inúmeras restrições orçamentárias, as metas físicas ficarão na ordem de 50% aquém das inicialmente planejadas para serem atingidas ao final do corrente ano.

O Projeto 5375 - Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército foi concebido para proporcionar à Força Terrestre o repletamento de parte das necessidades essenciais em materiais, equipamentos e suas respectivas classes de suprimento. Com desembolso previsto para o período de 2002 a 2004, em três parcelas de R\$ 223 milhões, a utilização da primeira parcela no corrente ano possibilitou a realização de aquisições que reduzirão parte das deficiências em material e equipamentos em áreas críticas indispensáveis ao aprimoramento operacional da Força Terrestre.

Reaparelhamento do Exército

O Programa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro, de capital importância para o Comando do Exército, foi concebido de forma a atingir o objetivo de reaparelhar e adequar a estrutura do Exército às necessidades da defesa terrestre.

No corrente ano a ação de implantação do Sistema de Aviação do Exército foi incrementada com o recebimento dos três primeiros helicópteros COUGAR, de um lote de oito contratados até 2004.

Na busca constante de modernização e contando, quase que exclusivamente, com os recursos do Projeto 5375 - Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército, foi dada continuidade à revitalização das Viaturas Blindadas de Rodas CASCAVEL e das Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal URUTU e M-113.

Foram também adquiridos, com recursos do mesmo Projeto: materiais de intendência de campanha, viaturas leves e médias, munições, equipamentos de comunicações de campanha, sistema de microondas para transmissão de imagens por aeronave militar, módulos de ensino de guerra eletrônica e equipamentos para Forças Especiais, controle de distúrbios e guerra química, bacteriológica e nuclear.

Modernização do Sistema de Comando e Controle

O Centro de Comando e Controle da Força Terrestre (CCCFTer), instalado no Comando de Operações Terrestres e interligado aos Comandos Militares de Área, dispõe de serviços de fonia, videoconferência e transmissão de mensagens eletrônicas, e está integrado ao Sistema Militar de Comando e Controle do Ministério da Defesa.

A Rede Privativa Corporativa (EBNet) interliga os Comandos Militares de Área, as Regiões Militares, os Órgãos Provedores e as Organizações Militares comandadas por Oficial-General, por meio de canais alugados ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). As demais OM participam da rede por linha discada, via Centros de Telemática de Área e Centros de Telemática. As Redes Metropolitanas de Brasília, Rio de Janeiro, Manaus, Campo Grande e Recife já estão em funcionamento e as de Belém, Porto Alegre e Santa Maria encontram-se em fase de planejamento.

Para atender ao Sistema Tático de Comunicações (SISTAC), estão sendo adquiridos equipamentos rádio com possibilidade de transmissão de dados e dotados de tecnologias de transmissão e comunicações seguras (TRANSEC/CONSEC).

O Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) continua em expansão e funciona nas localidades do Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília, Manaus, Belém e Campo Grande, por intermédio de estações terrenas fixas, e em Porto Alegre e Natal, por meio de enlace com Brasília por fibra ótica, tudo na Banda C. As estações de Santa Maria, Salvador e Guarujá/Santos estão em processo de implantação. O segmento tático, em Banda X, está sendo ampliado com a compra de novas estações táticas transportáveis (ETT). O Exército já dispõe de

quatro dessas estações.

Em 2002, foi implantado o Núcleo do Centro de Inteligência do Sinal (NuCIS), órgão central do Sistema Estratégico de Guerra Eletrônica (SEGE). O NuCIS ocupa instalações do Centro Integrado de Guerra Eletrônica, em Brasília, e parte do seu material foi adquirido. Continuam os trabalhos de integração do SEGE ao Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).

O Exército vem adequando sistemas e infra-estruturas de tecnologia da informação para integrar-se ao SIPAM, bem como capacitando recursos humanos para operar as Células Operacionais de seu interesse. Terminais dos usuários estão sendo instalados nas Organizações Militares previstas para recebê-los.

No corrente ano, foi definida a configuração do Sistema de Imagens do Exército (SIMAGEx) e criado o Núcleo do Centro de Imagens do Exército (NuCIMAGEx), no Centro de Cartografia Automatizada do Exército. Estão sendo conduzidos estudos para a implantação das Seções de Imagens dos Comandos Militares de Área.

Tecnologia de Uso Terrestre

No campo da pesquisa e desenvolvimento de material de emprego militar, foram concretizadas as ações de conclusão do desenvolvimento das munições convencional e pré-raiadas sem propulsão adicional; continuação do desenvolvimento da munição pré-raiada com propulsão adicional; aprovação do protótipo do Fuzil 5,56 mm; continuação da nacionalização do Sistema de Guerra Eletrônica; início do projeto do Morteiro Anticarga de 81 mm de longo alcance; desenvolvimento da Unidade de Tiro do Sistema Míssil MSS 1.2 AC; e conclusão da montagem da avaliação técnica de óculos de visão noturna.

Força Aérea Brasileira (FAB)

Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – PFCEAB

O Presidente da República estabeleceu, na data de 13 de julho de 2000, a DIRETRIZ PRESIDENCIAL PARA A REVITALIZAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA, que determinava uma série de missões e atribuía a vários órgãos da Administração federal a condução de ações específicas em proveito da revitalização da FAB.

Ao Ministério do Planejamento e Gestão coube as ações específicas de prover, tempestivamente, os recursos orçamentários necessários à implementação dos objetivos previstos na Diretriz Presidencial em tela e de apoiar e encaminhar as propostas de contratação de empréstimo externo necessárias ao reaparelhamento da FAB.

Ao Ministério da Fazenda foram atribuídas as ações específicas de prover os recursos financeiros necessários à implementação dos eventos relacionados na Diretriz Presidencial e de viabilizar os mecanismos que possibilitem a contratação das operações de crédito previstas nas ações de reaparelhamento da FAB.

Ao Comando da Aeronáutica coube a ação específica de dar prioridade às medidas necessárias à implementação do controle do espaço aéreo brasileiro, recuperação e substituição de aeronaves, melhoria da logística da Força Aérea Brasileira e treinamento adequado dos seus pilotos.

Dentre as missões relacionadas, destacou-se a de modernizar e adquirir aeronaves para substituição daquelas que, devido a sua longevidade, apresentavam problemas logísticos, operacionais e econômicos, que desaconselhavam a sua permanência em operação.

Assim, para prover o necessário suporte ao efetivo controle do espaço aéreo brasileiro foi estabelecido o PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO – PFCEAB, que reúne os seguintes projetos de aquisição, modernização e implantação:

- Modernização do AM-X;
- Produção das Aeronaves AL-X;
- Modernização das Aeronaves F-5 BR;
- Aquisição e Modernização das Aeronaves P-3 BR;

- Aquisição das Aeronaves CL-X;
- Aquisição das Aeronaves F-X BR;
- Aquisição das Aeronaves C-130;
- Aquisição das Aeronaves F-5 E/F;
- Aquisição de Helicópteros CH-X; e
- Recebimento e Implantação das Aeronaves R-99 A/B.

São apresentados a seguir os dados relativos ao andamento de cada um dos projetos do PFCEAB, quanto ao seu objetivo, situação atual e perspectivas:

Projeto de Modernização do AM-X – Esta modernização tem por objetivo resolver graves problemas de obsolescência de alguns equipamentos da atual configuração das aeronaves AM-X, num total de 53 (cinquenta e três) unidades, buscando a máxima comunalidade com os projetos AL-X e F-5BR. Visa, também, a aquisição e a integração do radar à aeronave e a aquisição dos sistemas fotográficos para a missão de reconhecimento aéreo. Para tanto, foi emitido um Pedido de Oferta à EMBRAER em 31 de agosto de 2001. Estima-se o recebimento da Oferta Comercial para dezembro de 2002. A previsão para o recebimento da 1ª aeronave de série modernizada foi estabelecida para dezembro de 2006.

Projeto de Produção do AL-X – Tem por objetivo a produção de 76 (setenta e seis) aeronaves, com opção de mais vinte e três (23), destinadas ao policiamento do espaço aéreo, em proveito do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e ao treinamento de equipagens. No mês de dezembro de 2001, foram descentralizados os créditos previstos para o “down payment” e entraram em vigor todos os contratos comerciais relacionados ao projeto. Estima-se o recebimento da primeira aeronave em dezembro de 2003.

Projeto de Modernização do F-5 BR - O escopo desse projeto é a modernização das aeronaves F-5 E e F-5 F, atualmente em serviço na FAB, consistindo na extensão de sua utilização até o ano de 2.015, por meio da substituição dos seus sistemas de navegação e de defesa e ataque, além de uma revitalização estrutural. A escolha da Melhor Oferta para executar o projeto de modernização das 47 (quarenta e sete) aeronaves ocorreu em outubro de 1998 e já foram entregues à EMBRAER 2 (duas) aeronaves, para servirem como protótipos, em 19 de fevereiro de 2001, sendo 1 (uma) aeronave monoposto e 1 (uma) aeronave biposto. A principal contratada foi a EMBRAER, que utilizará tecnologia da empresa israelense ELBIT, subcontratada. Todas as montagens e os ensaios serão realizados no Brasil. Com uma cadência estimada de produção de (2) duas aeronaves por mês, prevê-se o início do recebimento das aeronaves modernizadas a partir de abril de 2004.

Projeto de Modernização do P-3 BR – O Projeto P-3 BR tem como objetivo prover a Força Aérea Brasileira de aeronaves de Patrulha Marítima e Anti-submarino, baseadas em terra, a fim de recuperar a capacidade operacional na Missão Anti-Submarino, interrompida após a desativação das aeronaves P-16 E, em 31 de dezembro de 1996. Trata-se da modernização de 9 (nove) aeronaves, de um lote de 12 (doze) aeronaves P-3 A adquirido junto ao acervo da reserva da Marinha dos EUA. As 3 (três) aeronaves restantes serão desmontadas para serem utilizadas como itens de suprimento. O projeto de modernização encerrou a fase de definição da empresa vencedora em 31 de outubro de 2002, após decisão do Conselho de Defesa Nacional. A previsão de recebimento da primeira aeronave está delineada para ocorrer entre o segundo semestre de 2005 e o primeiro semestre de 2006.

Projeto de Aquisição do CL-X – Este projeto prevê a aquisição de aeronaves de transporte de categoria leve, destinadas à substituição das aeronaves C-115 Búfalo, em fase final de utilização. Neste projeto, planeja-se a compra de um lote de até 12 (doze) aeronaves. O Pedido de Oferta foi emitido em 31 de outubro de 2001 e o recebimento de suas respostas ocorreu em 28/02/02. Este projeto aguarda autorização para iniciar as negociações contratuais, uma vez que em 31/10/02 o Conselho de Defesa Nacional definiu como vencedor desta disputa comercial, o consórcio europeu EADS/CASA, o qual deverá fornecer os aviões CASA 295. Estas aeronaves começarão a ser entregues, em princípio, depois de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do término das negociações contratuais. O recebimento da primeira aeronave dependerá, basicamente, da entrada em vigor dos contratos.

Projeto de Aquisição do F-XBR – Tem por objetivo a aquisição de até vinte e quatro (24) aeronaves F-XBR, destinadas ao cumprimento da missão de Defesa Aérea, em substituição às aeronaves F-103 Mirage. No dia 16 de outubro de 2001, a Aeronáutica recebeu as ofertas das seguintes empresas: Lockheed Martin, dos Estados Unidos; RAC-MIG e Rosoboronexport, da Rússia; Gripen Internacional (joint-venture entre SAAB, da Suécia e BAE Systems, do Reino Unido) e Consórcio Mirage 2000 BR (consórcio entre as empresas EMBRAER, do Brasil; e Dassault, SNECMA e Thales, da França). No momento, a Aeronáutica encerrou a análise técnica das propostas e aguarda a reunião do Conselho de Defesa Nacional, que apreciará o processo de seleção, com vistas à escolha final da empresa fornecedora.

Projeto de Aquisição do C-130 – O Projeto C-130 é considerado como de grande importância para o transporte logístico operacional de interesse das três forças armadas, sendo, também, um dos principais meios aéreos da FAB para o apoio prestado às diversas necessidades de cunho cívico-social, nacionais e internacionais, desempenhando, ainda, essencial papel no suporte às missões de busca e salvamento, muitas delas conduzidas em largas áreas oceânicas. Trata-se da aquisição de 10 (dez) aeronaves, em processo de alienação pela Aeronáutica Militar Italiana, juntamente com material logístico e de apoio de solo. O projeto está na fase de recebimento das aeronaves. Em 2001 foram incorporadas à FAB 4 (quatro) aeronaves, em 2002 já foram incorporadas mais 4 (quatro) e há previsão para mais uma até 30 de novembro de 2002 e o recebimento da última está previsto para março de 2003. Todas as aeronaves recebidas estão engajadas nas missões atribuídas à V Força Aérea.

Projeto de Aquisição do F-5 E/F - A necessidade da aquisição de aeronaves F-5 F (biposto) foi detectada quando do início dos estudos da modernização dos F-5 (Projeto F-5 BR), agravada pela existência de apenas 3 (três) aeronaves biposto no acervo da FAB. Essa quantidade é considerada insuficiente, levando-se em conta o longo prazo de utilização da frota de F-5 BR, planejado para estender-se, inicialmente, até o ano de 2.015. Dentre as ofertas disponíveis, foi decidido pela aquisição de 16 (dezesseis) aeronaves F-5 E, provenientes do Governo da Suíça, das quais 8 (oito) serão convertidas para a versão F-5F, sendo contratada, em princípio, o próprio fabricante da aeronave, a NORTHROP GRUMMAN CORPORATION, para tais serviços. A carta de intenções (LOI) entre os Governos do Brasil e Suíça foi assinada em 15 de setembro de 2002. A perspectiva de recebimento da primeira aeronave convertida situa-se a partir de agosto de 2004.

Projeto de Aquisição do CH-X – O objetivo deste projeto é dotar a FAB de uma frota inicial de 4 (quatro) helicópteros de grande porte para o transporte dos radares móveis do SIVAM/SIPAM, apoio à Defesa Civil, nos casos de calamidades públicas, combate a incêndios, transporte aéreo logístico, busca e salvamento de longa distância e operações aéreas especiais, a serem conduzidas, prioritariamente, na região amazônica. Apresentaram-se como concorrentes ao projeto várias empresas, porém somente a Haegler (Representante do Boeing CH-47-Chinook) e a ROSOBORONEXPORT (Representante russo do MI-26) responderam ao Pedido de Oferta como previsto e solicitado, sendo as demais, conseqüentemente, excluídas do processo. Segue abaixo o cronograma tentativo:

- Análise Preliminar das Ofertas, Face to face e OFFSET, Visitas Técnicas e Vãos de Avaliação, Análise das Ofertas Revisadas - OUT 2002 a JUN 2003
- BAFO (Best And Final Offer) - JUL 2003; e
- Apresentação ao CMTAER - JUL 2003.

Projeto de Recebimento e Implantação do R-99 A/B – Embora esse projeto não constasse da Diretriz Presidencial, foi incorporado ao PFCEAB pela sua importância no contexto do controle do espaço aéreo brasileiro e pelo seu sensível envolvimento com o SIVAM/SIPAM. Trata-se da aquisição de 5 (cinco) aeronaves para a missão de vigilância aérea e de três outras para as atividades de sensoriamento remoto, adquiridas com recursos do Projeto SIVAM. Por razões de segurança operacional e facilidade no apoio logístico, essas aeronaves ficarão sediadas na Base Aérea de Anápolis e serão operadas pelo 2º/6º Grupo de Aviação. O projeto encontra-se na fase de recebimento das aeronaves. Em julho de 2002 foram recebidas as três primeiras aeronaves. Há a previsão de recebimento de mais duas aeronaves até o final de 2002 e mais três aeronaves até junho de 2003.

Operações Aéreas

O Comando da Aeronáutica, dando continuidade à realização de operações aéreas com o objetivo de aprimorar o preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB), distribuiu ao Comando-Geral do Ar (COMGAR), no ano de 2002, um esforço de 82.229 horas de voo.

Entretanto, em virtude das restrições orçamentárias impostas ao Comando da Aeronáutica, vale salientar que, do esforço acima, serão empregadas 70.000 horas aproximadamente, cuja maior parte será para a manutenção e o treinamento das equipagens, assim como em aproveitamento para cumprir-se missões de caráter social, ações humanitárias, busca e salvamento, patrulha marítima, apoio aos Comandos do Exército e da Marinha, a órgãos federais, estaduais e municipais, além das tarefas realizadas no âmbito da defesa aeroespacial brasileira, em

conjunto com as outras Forças Armadas.

Sendo assim, durante o ano de 2002, foram realizadas 68 (sessenta e oito) operações e exercícios aéreos, podendo ser destacado:

- ATLÂNTICO – exercício conjunto FAB / Marinha do Brasil visando o adestramento, policiamento e controle da Zona Econômica Exclusiva;
- BUMERANGUE – exercício conjunto FAB / Exército Brasileiro visando o adestramento e avaliação do pessoal em operações de Assalto Aeroterrestre;
- ADEREX I e II – exercício conjunto FAB / Marinha do Brasil, nível GT, visando o apoio aéreo e adestramento de táticas de Guerra Eletrônica;
- TROPICALEX – exercício conjunto FAB / Marinha do Brasil, nível FT, visando o apoio aéreo e adestramento de táticas de Guerra Eletrônica;
- CRUZEIRO DO SUL I (CRUZEX) – exercício conjunto entre a FAB, Força Aérea Chilena e Força Aérea Francesa visando o adestramento das equipagens de combate em táticas de emprego operacional;
- OPERAER 2002 – exercício conjunto entre a FAB, a Marinha do Brasil e o Exército Brasileiro visando o adestramento, a avaliação e o aprimoramento da doutrina de emprego das Forças Armadas;
- UNITAS XLIII – prestar apoio aéreo à Marinha do Brasil na realização de exercício conjunto com a US NAVY e Marinhas da Argentina e do Uruguai;
- SACI – exercício conjunto FAB / Exército Brasileiro visando adestramento, aplicação e elevação do grau de integração operacional entre as Forças Armadas;
- LEÃO II – exercício conjunto FAB, Marinha do Brasil e Exército Brasileiro visando o adestramento e treinamento no planejamento de operações combinadas; e
- PORTEIRA FECHADA – policiamento do espaço aéreo na interceptação de tráfego aéreo ilícito.

Destacam-se, ainda, os apoios prestados à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), na Operação Gota, visando a vacinação de comunidades situadas em localidades isoladas e de difícil acesso, e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante as eleições 2002.

Controle do Espaço Aéreo (Proteção ao Voo)

A necessidade de garantir a segurança do tráfego aéreo e atender ao seu crescimento doméstico e internacional, à evolução tecnológica das aeronaves, dos meios de controle do tráfego aéreo e de comunicações e os planos da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI são premissas básicas para o atendimento do público alvo, que são representados pelas empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, Unidades Aéreas da Força Aérea, Exército e Marinha, usuários ou assinantes de sistemas, redes ou estações de telecomunicações do Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica.

O Programa “D” – Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo atende o Plano Plurianual – PPA, é planejado e gerenciado de acordo com o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – PDSCEA, visa o contínuo desenvolvimento, aperfeiçoamento e a modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB.

A manutenção do SISCEAB não permite solução de continuidade nas ações planejadas, depende de um fluxo financeiro contínuo para o sistema ser mantido e do aporte constante de recursos oriundos do recolhimento das tarifas de navegação aérea e seus respectivos adicionais tarifários.

O ano de 2002 foi caracterizado pela continuidade da modernização do sistema de vigilância, o

qual possui uma rede de radares, na sua maioria, das décadas de 70 e 80, que necessitavam, urgentemente, serem revitalizados e também pela aquisição de 10 (dez) radares de área terminal, que irão substituir aqueles já obsoletos e implantados em áreas onde, atualmente, o tráfego aéreo exige vigilância radar.

Tais ações visam proporcionar o aumento da segurança e a fluidez do tráfego aéreo, tanto nas áreas terminais, assim como em rota e, conseqüentemente, minimizarão os riscos de incidentes/acidentes. Outros aspectos deverão ser observados, como a diminuição dos congestionamentos nos aeródromos mais importantes, ou seja: menor tempo de espera para pousos e decolagens, redução considerável de consumo de combustível e, logicamente, dos indesejáveis atrasos de vôos.

Além disso, estão sendo substituídos os sistemas de telecomunicações do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA I, que proverão comunicações confiáveis, eliminando o contínuo risco de falha nas comunicações entre os órgãos de controle de tráfego aéreo e as aeronaves em vôo.

A incorporação do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM, no corrente ano, com a entrega do Centro de Vigilância Aérea e dos seus 25 Destacamentos subordinados, ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, agregará um gigantesco acervo de sistemas e equipamentos com a responsabilidade de controlar o tráfego aéreo de 52% do território nacional e, já em 2002, terá um importante incremento nas despesas de custeio do SISCEAB.

Podem ser citados, como fatos mais relevantes na área de Controle do Espaço Aéreo, as seguintes atividades:

- Continuação da implantação do Sistema de Comunicações, Navegação, Vigilância / Gerenciamento do Tráfego Aéreo (CNS/ATM), com o objetivo de adequar o Brasil às novas tecnologias de Controle do Tráfego Aéreo, com conclusão de implantação prevista para o ano de 2010;
- Continuação do recebimento e implantação de equipamentos de telecomunicações terra-avião para substituição dos existentes na área do CINDACTA I, com previsão de conclusão para 2004;
- Continuação da aquisição, recebimento e implantação de 10 (dez) radares de área terminal, com conclusão prevista para 2004;
- Continuação da modernização de 79 (setenta e nove) radares de rota do SISCEAB, com conclusão prevista para 2005;
- Implantação do Centro Geral de Navegação Aérea – CGNA no Instituto de Proteção ao Vôo - IPV, com conclusão prevista para o ano de 2005;
- Continuação da implantação de equipamentos luminosos de aproximação ao pouso (ALS, MAL S e MALSR);
- Continuação da implantação de equipamentos de aproximação e pouso (ILS); e
- Continuação da implantação de equipamentos de navegação aérea (VOR e DVOR).

Sistema de Vigilância da Amazônia

Em maio de 1995, depois da aprovação da concorrência internacional para contratação das atividades de implantação do Projeto SIVAM, o resultado foi levado ao conhecimento do Presidente da República, que delegou competência ao Presidente da Comissão para Coordenação do Projeto (CCSIVAM) para assinar o Contrato com a empresa vencedora, a Raytheon Company.

O cronograma de execução física deste Contrato tem duração prevista de 60 (sessenta) meses contados a partir de 25 de julho de 1997. Entretanto, o surgimento de vários fatores durante o seu desenvolvimento, contribuiu para estender o seu prazo de execução e de instalação e recebimento de equipamentos, destacando-se,

entre outros, a modificação da configuração dos Centros Regionais de Vigilância Aérea, a atualização dos sistemas de telecomunicações e o contingenciamento de recursos orçamentários.

Hoje, os Centros Regionais de Vigilância de Manaus e Porto Velho estão em operação, produzindo informações relacionadas ao meio ambiente e oferecendo produtos de interesse de órgãos públicos e da sociedade.

São muitos os equipamentos destinados aos Órgãos Usuários (OU) que estão sendo instalados em centenas de municípios da Amazônia Legal e que, interligados aos Centros Estaduais de Usuários (CEU), poderão oferecer recursos e informações aos governos dos Estados, como forma de minimizar as distâncias e as dificuldades de comunicação da região.

O controle de tráfego aéreo está sendo realizado e apoiado por radares e sistemas de comunicações em 2/3 do espaço aéreo da região, permitindo o trânsito mais seguro de aeronaves e a vigilância mais efetiva das fronteiras brasileiras. Até fevereiro de 2003, todo o espaço aéreo da Amazônia estará sendo visualizado e integrado ao Centro de Vigilância Aérea, com sede em Manaus.

Aeronaves de fabricação nacional, equipadas com sistemas modernos de sensoriamento remoto e de vigilância aérea, estão em operação, rastreando dados e informações de vegetação, relevo e solo, permitindo maior conhecimento e acompanhamento dos recursos da floresta.

A presença e a participação sistemática de militares, policiais federais e profissionais de diversos segmentos da administração pública, na busca e atualização de dados e informações de interesse, permitirão a atualização constante dos dados e possibilitarão a coordenação e a execução das ações integradas, justificando dessa forma, a própria razão de ser do sistema.

Dentro de 6 (seis) meses, todos os equipamentos do Projeto SIVAM estarão instalados, ficando evidente a forma integrada como ele se desenvolveu, utilizando 12 aeronaves, 7 satélites, 25 radares, 81 estações de meteorologia, 200 plataformas de coleta de dados e facilidades de telecomunicações e de informática.

Ao longo do ano de 2002, terão sido iniciadas e concluídas, na forma prevista do Contrato, as seguintes atividades relevantes do Projeto SIVAM:

SISTEMAS E AERONAVES

- Entrada em operação da quarta aeronave de Vigilância Aérea (SA); de um total de 5 (cinco);
- Entrada em operação da segunda aeronave de Sensoriamento Remoto (RS); de um total de 3 (três);
- Entrada em operação de mais 3 (três) aeronaves C-130, após revitalização de sistemas, completando o total de 5 (cinco) aeronaves contratadas; e
- Concluída a integração nos EUA dos equipamentos de missão de 3 (três) aeronaves SA e de 2 (duas) RS.

OBRAS CIVIS

Conclusão das obras civis de:

- 6 (seis) Unidades de Telecomunicações (UT);
- 4 (quatro) Unidades de Vigilância e Telecomunicações (UVT);
- 9 (nove) Unidades de Vigilância (UV);
- 2 (dois) Sistemas de Pouso por Instrumentos (ILS);
- 3 (três) Centros Regionais de Vigilância (CRV);
- 424 (quatrocentos e vinte e quatro) Órgãos Usuários (OU); e
- 39 (trinta e nove) Estações de Meteorologia de Superfície (EMS).

SÍTIOS OPERACIONAIS

Iniciada a Instalação de:

- 2 (dois) Radares Primários (PSR);
- 3 (três) Sistemas de Telecomunicações por Satélite de Sítios Remotos;

- 2 (dois) Radares Transportáveis;
- 1 (um) Sistema de Pouso por Instrumento (ILS);
- 4 (quatro) Estações de Meteorologia de Altitude (EMA);
- 8 (oito) Estações de Meteorologia de Superfície (EMS);
- 6 (seis) Plataformas de Coleta de Dados (PCD);
- 48 (quarenta e oito) Órgãos Usuários (OU); e
- 1 (um) Concentrador de Telecomunicações por Satélite (HUB).

Concluída a instalação e integração de:

- Hardware e Software do Subcentro de Operações (SCO);
- Hardware e Software do Subcentro de Coordenação (SCC) de Manaus e Porto Velho;
- 14 (quatorze) Sistemas de Telecomunicações por Satélite de Sítios Remotos;
- Rede Administrativa Computacional do Centro de Vigilância Aérea (CVA) e dos Centros Regionais de Vigilância (CRV) de Manaus e Porto Velho;
- 3 (três) Radares Secundários (MSSR) isolados;
- 1 (um) Radar Primário (PSR);
- 1 (um) Radar Transportável;
- 1 (um) Sistema de Pouso por Instrumento (ILS);
- 3 (três) Estações de Meteorologia de Altitude (EMA);
- 6 (seis) Estações de Meteorologia de Superfície (EMS);
- 8 (oito) Consoles de Operação dos Centros Regionais de Vigilância (CRV) de Manaus e Porto Velho;
- 16 (dezesesseis) Consoles de Operação do centro de Vigilância Aérea (CVA);
- 2 (dois) Concentradores de Telecomunicações por Satélite (HUB);
- 21 (vinte e uma) Plataformas de Coleta de Dados (PCD); e
- 130 (cento e trinta) Órgãos Usuários (OU).

As reprogramações promovidas nas atividades do Contrato permitem antever que o SIVAM estará totalmente implantado e operacional até o mês de julho de 2003.

Tecnologia Espacial

Em acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais, que objetiva a utilização dos recursos e técnicas espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira, o Comando da Aeronáutica desenvolve, no contexto do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), os projetos veículo lançador de satélites e foguetes de sondagem, que visam capacitar o país no projeto e construção de veículos lançadores de satélites e de cargas úteis suborbitais, contribuindo para a melhor qualificação do parque industrial brasileiro, com a participação de quase uma centena de empresas, e seu melhor posicionamento no competitivo mercado internacional de alta tecnologia, sendo igualmente responsável pela Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

O projeto do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), primeiro passo para que o Brasil domine o desenvolvimento e construção de veículos capazes de colocar satélites em órbita, encontra-se na fase de desenvolvimento e qualificação.

O projeto VLS prevê, em sua primeira fase, em consonância com o PNAE, o desenvolvimento de novos veículos, além do VLS-1, tais como o VLM (Veículo Lançador de Microsatélites) e o VLS-2 (Veículo Lançador de Satélites de Médio Porte).

A missão do VLS-1 é colocar satélites de até 350 kg em órbitas circulares baixas de pequenas inclinações, ou satélites de até 270 kg em órbitas polares de aproximadamente 200 km. Naturalmente, incluem-se entre suas missões, a injeção em órbitas dos satélites previstos no PNAE, ou seja, de coleta de dados (115 kg em órbita circular quase equatorial de 750 km), e de sensoriamento remoto (200 kg em órbita circular polar de 450 Km).

Já foram realizados dois lançamentos do VLS-1 a partir da Plataforma de Lançamento de Veículos Lançadores de Pequeno Porte, do Centro de Lançamento de Alcântara, localizado na cidade de Alcântara-MA. O primeiro foi em novembro de 1997 e o segundo, em dezembro de 1999.

Para o final do mês de novembro de 2002 estão previstos os lançamentos dos Veículos de Sondagem VS-30/ORION V02 e VS-30 V06, estando, também, planejado, para o primeiro trimestre de 2003, o lançamento do terceiro VLS-1 com a missão de colocar em órbita o satélite tecnológico SATEC, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

A Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara objetiva dotar o país de um sítio adequado para o lançamento de veículos espaciais, atendendo tanto às necessidades nacionais quanto a prestação de serviços para organizações estrangeiras, podendo tornar-se significativa fonte de divisas.

Foi implementado, em 2002, o Sistema de Gerenciamento de Operações (SIGO) que permite ao CLA e ao Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) a comunicação de parâmetros de “status” entre as Estações Operacionais durante as Operações de Lançamento.

Para a integração dos Centros está em andamento a implantação do Sistema de Interface CLA/CLBI – (SICC) que permitirá a transferência, entre ambos, de dados de trajetografia e designação de alvo, melhorando, consideravelmente, a operacionalidade e confiabilidade dos lançamentos.

Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

O Programa Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroportuária foi inserido no Plano Plurianual - PPA 2000/2003 visando suportar o desenvolvimento sócio-econômico nacional mediante a continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária; apoiar as empresas no escoamento de suas produções; aumentar as opções de acesso ao território nacional, como parte essencial da inserção competitiva do país no Mercosul; e estabelecer opções de acesso de aeronaves civis e militares em todo país como fator de integração, desenvolvimento e de defesa nacional.

O Programa tem por objetivo aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira, elevando até o final do PPA 2000/2003, o grau de desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária de 78% para 91% e o nível de utilização da capacidade dos aeroportos de grande porte de 41% para 53%, tendo como público alvo os utilizadores do sistema aeroportuário nacional.

Para atingir este objetivo, o programa articula um conjunto de 21 ações que agrupam projetos e atividades desenvolvidas nos aeródromos e aeroportos de interesse nacional e estadual.

A manutenção e o reaparelhamento dos 67 aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - INFRAERO, empresa pública vinculada ao Ministério da Defesa, são suportadas pelas ações Manutenção da Infra-estrutura aeroportuária e Reaparelhamento da Infra-estrutura aeroportuária.

A expansão e a modernização dos aeroportos sob administração da INFRAERO, mediante aplicação de recursos próprios e recursos oriundos de parcerias com governos estaduais, municipais e federais, têm por suporte outras 14 ações de construção, modernização, reforma e ampliação de aeroportos incluídas no Programa. Neste contexto, destacam-se as seguintes obras: a construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto de Palmas - TO, inaugurado em 05 de outubro de 2001; a construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, inaugurado em 19 de outubro de 2001; a construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Salvador, inaugurado em 02 de setembro de 2002 e, ainda, a continuação das ampliações dos terminais de passageiros dos Aeroportos de Recife, Porto Velho, Brasília e Maceió.

Os aeroportos de interesse estadual são contemplados com recursos provenientes do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos - PROFAA, através das ações Construção de Aeroportos de Interesse Estadual e Reforma e Ampliação de Aeroportos de Interesse Estadual. As obras são realizadas por meio de convênio entre a União, representada pelo Departamento de Aviação Civil - DAC, e o Estado interessado. Foram celebrados convênios para a realização de obras nos aeroportos de Arapiraca - AL; Amapá - AP; Barreiras - BA; Juazeiro do Norte e Tauá - CE; Quirinópolis - GO; Barreirinhas - MA; Poços de Caldas - MG; Bonito e Três Lagoas - MS; Rondonópolis e Pontes e Lacerda - MT; Paragominas - PA; Guariba - PB; Araripina e Serra Talhada - PE; Bom Jesus - PI; Angra dos Reis e Resende - RJ; Cacoal - RO; São Luiz do Anauá - RR; Caxias do Sul, Erechim, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Rosa e Vacaria - RS; Caçador, Chapecó, Criciúma, Curitiba e Joaçaba - SC; Bauru e Jundiaí - SP; Araguacema e Araguatins - TO.

Dentro da ação Implantação de Módulos de Combate a Incêndio, a Diretoria de Engenharia da

Aeronáutica - DIRENG - adquiriu 22 carros contra-incêndio do tipo AP-2, com capacidade para 6.000 litros de água e 60 carros contra-incêndio do tipo AC-2, com capacidade para 700 litros de água.

Finalmente, na ação “Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional”, a Diretoria de Engenharia de Aeronáutica - DIRENG - está realizando obras nos Aeroportos da Academia da Força Aérea, em Pirassununga - SP; Almenara - MG; Assis Brasil - AC; BV-8 (Marco Brasil-Venezuela) - RR; Base Aérea de Anápolis - GO; Base Aérea de Canoas - RS; Base Aérea de Porto Velho - RO; Caracaraí - RR; Carolina - MA; Eirunepé - AM; Ipiranga - AM; Lagoa Santa - MG; Tefé - AM; Tiriós - PA; São Gabriel da Cachoeira - AM; Varginha - MG; Maturacá - AM; Querari - AM; Yauaretê - AM; Auaris - RR; Surucucu - RR; Cachimbo - PA; Jacareacanga - PA e Tabatinga - AM.

Sistema de Controle Interno

A atividade de Controle Interno do Ministério da Defesa, realizada em observância ao disposto no art. 74 da Constituição Federal e no art. 8º do anexo I do Decreto nº 3.466, de 17 de maio de 2000, que aprovou a estrutura do Ministério da Defesa, teve o objetivo de exercer o controle e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério da Defesa, assim como dos órgãos e entidades a ele vinculados, com base nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, bem como de examinar as contas daqueles que utilizaram, arrecadaram, guardaram ou administraram dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Ministério da Defesa respondeu, ou que, em nome deste, assumiram obrigações de natureza pecuniária.

Auditoria

Na Secretaria de Controle Interno, os trabalhos de auditoria deram ênfase às ações preventivas, às de apoio à gestão e aos procedimentos relacionados aos processos administrativos dos órgãos jurisdicionados, entidades, programas e atividades ou segmentos destes, procurando melhorar os controles, reduzir falhas e auxiliar a administração por meio de recomendações.

Dentre os trabalhos executados, destacaram-se:

- a) realização de auditorias de gestão nas unidades Gabinete do Ministro, Fundo do MD, Fundo do Serviço Militar, Hospital das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa e Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, diretamente jurisdicionadas ao Ministério;
- b) realização de auditorias de acompanhamento nas unidades da Infraero – Aeroporto Internacional de Guararapes/Recife, Aeroporto Internacional Pinto Martins/Fortaleza e Aeroporto de Belo Horizonte; no Hospital das Forças Armadas – medicamentos; no Gabinete do Ministro - licitações, contratos, patrimônio, PNR e recursos humanos; e nos convênios firmados com o Ministério da Defesa para execução de obras ao amparo do Programa Calha Norte nos municípios de São Sebastião do Uatumã/AM, Boa Vista/RR, Iracema/RR, Rorainópolis/RR, São João da Baliza/RR e Uiramutã/RR;
- c) atendimento de diligências da Procuradoria da República no Estado de Goiás, bem como da Secretaria Federal de Controle Interno, referentes a ocorrências com indícios de irregularidades;
- d) exame de Tomada de Contas Especial oriunda do Programa Calha Norte, Prefeitura Municipal de Faro;
- e) exames nos processos de prestação de contas dos convênios assinados com o programa Calha Norte;
- f) exames de processos e procedimentos relativos a tomadas de contas especiais dos Comandos Militares;

No Comando do Exército Brasileiro, que executou despesas no valor de R\$ 13,08 bilhões de reais, foram realizadas as seguintes ações na área de auditoria, realizadas por meio da Diretoria de Auditoria auxiliada

pelas Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército:

- no âmbito da Auditoria de Gestão iniciou-se o processo de consolidação da descentralização das atividades de auditoria, com a execução a cargo das Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx), com abrangência para todas as Unidades Gestoras (UG);
- intensificação das visitas de orientação técnica às UG, realizadas pela Secretaria de Economia e Finanças do Exército, com o objetivo de aprimorar e melhorar a aplicação dos recursos públicos;
- realização, pela Seção de Auditoria das ICFEx, até o dia 31Dez 02, de 527 (quinhentas e vinte e sete) visitas de auditoria às UG, sendo que a grande maioria foi auditada mais de uma vez no período;
- cumprimento adequado, pela Diretoria de Auditoria e pelas Unidades de Contabilidade Analítica (ICFEx), do planejamento constante do Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAAA) relativo ao exercício de 2002;
- acompanhamento sistemático e tempestivo da execução orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive à distância, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI);
- instauração de Tomadas de Contas Especiais (TCE) até 31 Dez 2002, em 08 (oito) das 423 (quatrocentas e vinte e três) Unidades do Exército vinculadas a este órgão de controle interno, o que reflete o resultado positivo do trabalho empreendido nas atividades de controle interno;
- implementação de medidas visando melhorar o controle, identificação e quantificação dos prejuízos causados à Fazenda Nacional, com o enfoque no ano de 2002, para o efetivo recolhimento à União dos valores devidos;
- aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e avaliação dos Ordenadores de Despesa, com enfoque voltado para a gestão dos recursos públicos no que diz respeito, principalmente, à eficiência, eficácia e efetividade da gestão desses recursos.

O Controle Interno do Comando do Exército adotou, dentre outras, medidas preventivas de auditoria nas Entidades Vinculadas; de auditorias específicas nos Batalhões de Engenharia de Construção e no Centro de Pagamento do Exército; reunião de Comandantes de Regiões Militares; reunião de Comandantes de Organizações Militares de Engenharia de Construção; estágio de novos Comandantes, Chefes e Diretores; bem como, instruções para os diversos Estabelecimentos de Ensino da Instituição e valorização do suporte documental.

Na área de Auditoria de Pessoal foram realizadas 03 (três) visitas de orientação nas seções responsáveis pelo pagamento de inativos e pensionistas, civis e militares, das 1ª e 2ª Regiões Militares e 5º Batalhão de Infantaria Leve, com o objetivo de verificar a existência de sistemas de controle eficiente que impeçam a geração de direitos indevidos e a verificação quanto ao aspecto da legalidade da implantação e alteração de pagamentos realizados.

No período considerado foram analisados e encaminhados para o Tribunal de Contas da União 10.476 (dez mil quatrocentos e setenta e seis) processos envolvendo, atos de admissão e desligamento de pessoal civil e militar, concessão de aposentadoria e reforma, concessão de pensão civil e militar, bem como atos de cancelamento de desligamento e de concessão.

Ainda na área de auditoria de pessoal prosseguiram-se as ações com o objetivo de buscar a eficiência do controle interno e corrigir as possíveis impropriedades e/ou irregularidades e entre essas ações destaca-se a elaboração de diligências por parte da D Aud bem como o atendimento das recebidas do TCU e a emissão de relatórios das visitas de orientação e posterior encaminhamento aos órgão responsáveis. Realizou-se, em conjunto com a Diretoria de Inativos e Pensionistas e o Centro de Pagamento do Exército estudos e treinamentos de equipes técnicas, visando à descentralização, também para as ICFEx, das atividades de auditoria na área de pessoal, até então realizadas somente pela Diretoria de auditoria.

Orientação e Avaliação

A Gerência de Orientação e Avaliação, atendendo as diretrizes previstas no plano anual de atividades desta Setorial de Controle Interno, realizou, no decorrer do exercício de 2002, as seguintes ações, em cumprimento às disposições contidas na Portaria 2.144/MD, de 29.10.99:

- acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades vinculadas a esta Pasta Ministerial, via Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, no intuito de subsidiar os exames visando à certificação das contas, em atendimento ao previsto no art. 9º da Lei nº 8.443/92, a cargo da Gerência de Auditoria;
- avaliação dos procedimentos relacionadas com admissão, desligamento, aposentadoria e pensão de pessoal, para efeito do parecer previsto no art. 10 da IN/TCU nº 44, de 02.10.02;
- exames nos balanços, contas e demais dados orçamentários, financeiros e patrimoniais das unidades e fundos do Ministério, de forma a subsidiar os trabalhos de auditoria, no que diz respeito à certificação das contas;
- acompanhamento de atos de gestão, envolvendo as contas relativas a restos a pagar, processados e não processados, referentes ao exercício de 2001, a arrecadação de receitas operacionais (Gestões 00001 – Tesouro, 11902 – Fundo do Ministério da Defesa e 11903 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas – HFA) e a movimentação dos estoques no almoxarifado e farmácia do HFA, bem assim nas contas relativas a restos a pagar processados e não processados do exercício de 2001, do Gabinete do Ministro (Gestões 00001 – Tesouro, 11902 – Fundo do Ministério da Defesa);
- avaliação dos procedimentos realizados pelo Gabinete do Ministro no tocante à concessão, aplicação e aprovação de despesas relativas a suprimento de fundos (Gestões 00001 – Tesouro e 11902 – Fundo do Ministério da Defesa), resultando na emissão de orientação visando evitar descumprimento às normas, caracterizado pelo pagamento de despesas passíveis de atendimento de forma regular de contratação;
- acompanhamento de atos de gestão no tocante a serviços de manutenção, conservação, aquisição e abastecimento de combustíveis, bem assim utilização de veículos oficiais, à vista da legislação vigente, resultando na emissão de orientação visando rever a forma de utilização da frota, de modo a verificar a existência de veículos ociosos com custo para a Administração, além de observância às normas no que diz respeito a controle de utilização, solicitação de serviços e abastecimento;
- exames de processos relativos a licitações, contratos e aditamentos, convênios, acordos e ajustes, resultando na emissão de pareceres concluindo pela necessidade de ajustes nas minutas dos projetos básicos, editais, instrumentos contratuais, pela impertinência das contratações, bem assim pela possibilidade de divulgação do certame, quando instruídos de conformidade com as normas pertinentes;
- levantamento de custos visando a definição de parâmetros concernentes à mão-de-obra em contratações de serviços de limpeza e conservação, vigilância, manutenção de equipamentos de informática e recepcionista, de modo a limitar a valores mais justos às propostas apresentadas pelas prestadoras de serviços, de acordo com a realidade do mercado;
- acompanhamento da execução de instrumentos firmados com empresas contratadas, objetivando a prestação de serviços especializados em assessoria e engenharia, bem como a manutenção de elevadores, tendo sido constatado pagamentos sem a correspondente contraprestação de serviços, ensejando ajustes visando a indenização ao Erário; e
- atendimento a consultas em assuntos diversos formuladas pela Administração das Unidades vinculadas à Pasta Ministerial.

Conselho de Controle Interno

No exercício de 2002 o Conselho de Controle Interno, composto pelos titulares das unidades de controle interno dos Comandos Militares e da Secretaria de Controle Interno, reuniu-se em duas oportunidades, quando foram tratados os seguintes assuntos:

- prestação de contas de recursos de caracter reservado, Normas do Tribunal de Contas da União
- transferência da estrutura do Ministério da Fazenda para a Casa Civil da Presidência da República da Secretaria Federal de Controle Interno (Decreto nº 4.113, de 5.02.02);
- alteração do parágrafo único do art. 16 do Decreto nº 3.591, de 2002, sobre contratação de auditores independentes pelas Empresas Públicas
- renúncia à pensão militar por parte de beneficiários, com simultâneo requerimento de pensão especial, em face de doença especificada em lei;
- caracterização de vínculo empregatício com a Administração Pública na contratação continuada de trabalhador autônomo;
- acompanhamento, nas áreas de pessoal civil, dos procedimentos recomendados pela Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do INSS (Of. Circ. N.º 32/SRH/MP, de 24.04.02); e
- lotação de pessoal da Carreira Finanças e Controle e do Plano de Classificação de Cargos – PCC – Decreto nº 4321, de 05.08.02.

Resultados

As atividades da Secretaria de Controle Interno deram ênfase à solução de questões relativas à contabilidade, finanças, orçamento, operações e patrimônio do Ministério da Defesa, em harmonia com os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia públicas. As auditorias e exames de processos realizados procuraram incrementar os níveis de qualidade, produtividade, e racionalização de procedimentos, principalmente mediante a orientação e prevenção, que constituíram a tônica das ações de controle interno.

Esses trabalhos evitaram contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação que muito provavelmente resultariam em diligências por parte do Tribunal de Contas da União, assim como o fracionamento não autorizado pela Lei nº 8.666/93 na aquisição de produtos de informática, gêneros de alimentação e materiais de expediente, assegurando a legalidade dos atos e induzindo a mudanças de procedimentos.

As ações de auditoria levadas a efeito coibiram a concessão de benefícios de alimentação a servidores já atendidos em seus órgãos de origem; a contratação de pessoal de forma imprópria; a concessão de estágios fora das regras estabelecidas; o uso de bens públicos por particulares; o uso de conta particular para depósito de dinheiro público; o descumprimento dos mandamentos legais referentes a finanças e orçamento.

Por último, vale destacar os bons resultados alcançados, por intermédio do Comitê de Controle Interno, na paulatina, porém constante, integração e homogeneização de conceitos e ações do órgão setorial e das unidades de controle interno dos Comandos Militares.